



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PAULO HENRIQUE FERREIRA VIDAL
SILVÂNIA ELENIR DOS SANTOS ASSIS**

**A NATURALIZAÇÃO DA INFERIORIDADE IMPOSTA À MULHERES
NEGRAS: EXPERIÊNCIA VIVIDA NO CAMPO DE ESTÁGIO DO CRAS DE
CACHOEIRA DO CAMPO**

Mariana, MG

2024

**PAULO HENRIQUE FERREIRA VIDAL
SILVÂNIA ELENIR DOS SANTOS ASSIS**

**A NATURALIZAÇÃO DA INFERIORIDADE IMPOSTA À MULHERES
NEGRAS: EXPERIÊNCIA VIVIDA NO CAMPO DE ESTÁGIO DO CRAS DE
CACHOEIRA DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sheila Dias Almeida

Mariana, MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A848n Assis, Sylvania Elenir Dos Santos De.

A naturalização da inferioridade imposta à mulheres negras
[manuscrito]: experiência vivida no campo de estágio do CRAS de
Cachoeira do Campo. / Sylvania Elenir Dos Santos De Assis. Paulo
Henrique Ferreira Vidal. - 2024.
68 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Dias Almeida.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. Negras - Cachoeira do Campo (Ouro Preto, MG). 3.
Racismo - Cachoeira do Campo (Ouro Preto, MG). 4. Serviço social -
Cachoeira do Campo (Ouro Preto, MG). I. Vidal, Paulo Henrique Ferreira.
II. Almeida, Sheila Dias. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 323.12(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário Coord. ICSA/UFOP-
CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Henrique Ferreira Vidal e Silvania Elenir Dos Santos de Assis

**A NATURALIZAÇÃO DA INFERIORIDADE IMPOSTA À MULHERES NEGRAS: EXPERIÊNCIA VIVIDA NO CAMPO DE ESTÁGIO DO
CRAS DE CACHOEIRA DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 20 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr^a Sheila Dias Almeida - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a Isis Silva Roza - Universidade Federal de Ouro Preto

Assistente Social - Sioni Pimenta - CRASS Cachoeira do Campo

Sheila Dias Almeida, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Dias Almeida, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/02/2024, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0673191** e o código CRC **596161C6**.

“Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver

Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver

Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega é Zumbi
É quem manda

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver”

(Zumbi – Jorge Ben Jor)

Dedicamos este trabalho às Mulheres Negras,
que nos mostram a trajetória de
enfrentamentos, lutas e conquistas nessa
sociedade capitalista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pai e criador de todas as coisas.

Aos meus pais, José Vidal e Maria, por terem acreditado em mim. Pela vida, ensinamentos, dedicação, empenho e amor incondicional. Essa vitória é nossa! Obrigado por toda ajuda durante toda minha formação acadêmica.

Aos meus irmãos, por entenderem minha ausência. Aos amigos que ajudaram a passar por esse processo com mais leveza.

Ao CRAS de Cachoeira do Campo, pela oportunidade do estágio, a Norma, assistente social, que compartilhou sua atuação.

Silvânia e os demais estudantes da UFOP que contribuíram com minha formação, levarei vocês no pensamento por onde eu for.

A instituição UFOP, técnicas/os, terceirizadas/os, professoras/es e a orientação da professora doutora Sheila que com paciência, segurança e tranquilidade, nos orientou para a construção deste trabalho, nessa reta final da caminhada.

(Paulo Henrique Vidal)

Agradeço a Deus pai e criador de todas as coisas, pela saúde e por eu ter chegado nessa etapa final da graduação, apesar das adversidades.

Aos meus pais, Milton e Luzia, por terem dito SIM à minha vida, ensinamentos, dedicação, empenho e amor incondicional. Aos meus irmãos queridos, Delvânia, Sônia, Sandro, Silmar e Douglas, extensivo à família de vocês, por entenderem minha ausência. O amor que recebo de vocês, me encoraja.

Estou em gratidão por todos que me antecederam, avós, avôs, tios, tias, primos e primas. Vocês deixaram a vida e o caminho mais leve para eu trilhar. Esse momento também é de vocês!

Ricardo meu companheiro, amigo e amor, agradeço a parceria na vida. Nossas filhas Malu, Carmen e Laura, que nos trazem tantas alegrias, genros, Cesar, Marcos e Victor e montão de netos, Larissa, Alice, Lucas, Lucas Henrique, Ricardo, Mariana, Elis, José e Lorenzo, temos muito amor. Que maravilha compartilhar essa vida com todos vocês.

Aos amigos que sustentam e trazem alegria à vida, que contribuem e compartilham conhecimentos.

Paulo e os demais estudantes da UFOP que contribuíram com minha formação.

A orientadora doutora Sheila que com conhecimento e sabedoria, conduziu as orientações para a construção deste trabalho. Obrigada pelos momentos de compartilhamento de saberes, nossa amizade perpassa os muros da UFOP.

Ao CRAS de Cachoeira do Campo, que me acolheu e tanto contribuiu com a minha formação, meu agradecimento. Gratidão a Sioni Pimenta, minha supervisora.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, técnicos, assessores, monitores, terceirizados, professores, enfim todos que fazem essa instituição funcionar.

Eu tenho muita gratidão!

(Silvânia Assis)

RESUMO

Neste trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, versamos sobre desigualdade racial e estrutural nesse modo de produção e reprodução da vida. A população negra tem um lugar na sociedade capitalista, ainda de subalternidade, naturalizado e conferido a eles; e, para desnaturalizar, é preciso enxergar essa condição social. A classe dominante se utiliza de mecanismos que buscam a subtração do racismo, enquanto expressão da questão social, de modo a atribuir a responsabilidade ao indivíduo pela sua própria condição social e econômica. Dessa forma, este sistema econômico mantém pessoas na subalternidade e em lugares precarizados. O lugar da mulher negra não é de sujeição; não podemos mais endereçar um olhar enviesado, colocando-as em aglomerados, situações da rua, de fome, de desemprego, de abandono e tudo mais que estrutura e conserva a sociabilidade burguesa. Para essas mulheres, todos os lugares, os melhores lugares, podem ser delas também. Temos como objetivo geral refletir sobre as construções sociais do racismo direcionadas à Mulher Negra, além de problematizar as manifestações do racismo dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Quanto aos procedimentos metodológicos, temos como direção o materialismo histórico dialético. Para responder os objetivos apresentados, esta pesquisa parte de uma abordagem exploratória e explicativa e ao final preposições de uma agenda possível para minimizar dificuldades de gênero e raça.

Palavras-chave: Capitalismo. Racismo. Mulheres Negras. Subalternidade. Estágio em Serviço Social.

ABSTRACT

In this conclusion work for the Social Service course, we talk about racial and structural inequality in this mode of production and reproduction of life. The black population has a place in capitalist society, still a subordinate one, naturalized and granted to them; and, to denaturalize, it is necessary to see this social condition. The ruling class uses mechanisms that seek to subtract racism, as an expression of the social issue, in order to attribute responsibility to the individual for their own social and economic condition. In this way, this economic system keeps people in subordination and in precarious places. The black woman's place is not one of subjection; We can no longer address a biased view, placing them in clusters, street situations, hunger, unemployment, abandonment and everything else that structures and preserves bourgeois sociability. For these women, all the places, the best places, can be theirs too. Our general objective is to reflect on the social constructions of racism directed at Black Women, in addition to problematizing the manifestations of racism within the Social Assistance Reference Center (CRAS). As for methodological procedures, our direction is dialectical historical materialism. To respond to the objectives presented, this research starts from an exploratory and explanatory approach and, at the end, proposes a possible agenda to minimize gender and racial difficulties.

keywords: Capitalism. Racism. Black Women. Subalternity. Internship in Social Work

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgênero, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binário

CFESS – Conselho Federal do Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência a Assistência social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDC – Modo de produção capitalista

MG – Minas Gerais

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistente Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial de Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INADE - Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

SBPC- Sociedade Brasileira do Progressos da Ciência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DESVENDANDO RAÍZES: RACISMO NO BRASIL À LUZ DO ESCRAVISMO, CAPITALISMO E O SER MULHER.....	20
1.1 Cicatrizes da História: Desvendando os Matizes do Escravismo no Brasil.....	20
1.2 Entrelaçados na História: Capitalismo e Racismo - Uma Análise das Conexões.....	25
1.3 Discriminação e Desigualdade: Mulheres negras.....	29
1.4 A Mulher Negra como Protagonista na Luta por Equidade e Reconhecimento.....	33
2 REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	38
2.1 Assistente Social: Trabalhador assalariado.....	40
2.2 CRAS de Cachoeira do Campo - Um Novo Olhar.....	42
3 DESCONSTRUINDO PARADIGMAS: RUMO À DESNATURALIZAÇÃO DASUBALTERNIDADE E À REDEFINIÇÃO DE NARRATIVAS SOCIAIS.....	47
3.1 Trilhando Rumos Transformadores: A Construção de uma Agenda de.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

No transcorrer do nosso trabalho de conclusão de curso, é imperativo destacar a nossa colaboração conjunta, na qual experimentamos numerosos momentos enriquecedores de reflexão e assimilação de conhecimento. Reconhecemos, desde já, que a existência é uma experiência compartilhada, espelhando-se em nossas identificações, indagações, obstáculos e nos desafios enfrentados enquanto membros da classe trabalhadora, estávamos em uma luta classe inseridos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Estes são os elementos que fundamentaram nossa união ao longo desta jornada acadêmica.

Possuímos um elemento crucial para nossa trajetória coletiva na fase conclusiva da graduação: nossa perspectiva de sociabilidade. Deliberadamente, adotamos uma abordagem crítica para examinar a sociedade capitalista, que sistematicamente explora e segmenta os indivíduos em estratos sociais, fundamentando-se em variáveis como gênero, raça, etnia e orientação sexual, entre outras.

Ao longo do curso universitário, tivemos a oportunidade de nos aprofundar em autores e debates pertinentes ao tema do racismo, uma questão que permeia nossa sociedade desde os primórdios da colonização. Neste breve estudo, respaldado pela perspectiva marxista, empreendemos uma análise das dimensões relacionadas à desigualdade social e à maneira como a condição racial estrutura esse sistema de produção e reprodução da vida.

Por meio da lente da Teoria Social Crítica, empreendemos esforços para compreender a interseção entre o sistema capitalista e o fenômeno do racismo, reconhecendo a intrincada conexão entre ambos. Percebemos que os indivíduos são delineados não apenas por sua classe social, mas também por sua raça, gênero, orientação sexual, entre outros elementos, cujas identidades podem sobrepor-se e interagir de maneiras complexas.

Conforme alinhado com as observações de Moura (1994), ressaltamos que o racismo opera como um instrumento de dominação e controle por parte da classe dominante. Nesse contexto, a presente análise fundamenta-se na investigação das dinâmicas de poder e na compreensão das formas pelas quais as estruturas sociais perpetuam desigualdades.

O Objetivo Geral do nosso Trabalho de Conclusão de Curso é refletir sobre as construções sociais do racismo direcionadas à Mulher Negra. E os Objetivos Específicos, são: 1) apresentar uma literatura sobre o racismo; 2) refletir sobre o racismo face ao sistema capitalista na sociedade brasileira; 3) mostrar a manifestação do racismo no Centro de Referência de Assistência Social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, temos como direção o materialismo histórico-dialético, cujo movimento do pensamento se dá através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade e sua forma de organizar a vida.

Conforme destacado por Netto (2011), os instrumentos e técnicas de pesquisa abrangem uma diversidade de abordagens, que vão desde a análise documental até as múltiplas formas de observação. Essa variedade visa construir um conjunto de instrumentos hábeis para conduzir uma análise substantiva e concluir a investigação. É imperativo refletirmos sobre o fato de que, no domínio científico, toda conclusão é intrinsecamente provisória, sujeita a ser corroborada, retificada, abandonada, entre outras possibilidades.

Com o propósito de atender aos objetivos delineados, a presente pesquisa adota uma abordagem de cunho exploratório e explicativo. Conforme preconizado por Gil (2008), a abordagem exploratória fundamenta-se primordialmente em fontes bibliográficas e documentais, proporcionando uma familiarização com a problemática em questão, envolvimento com a literatura pertinente e fornecendo explicações para a identificação de fatores determinantes ou contribuintes para a ocorrência do fenômeno.

Enquanto estagiários no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Cachoeira do Campo, enveredamos pela dimensão explicativa por meio do contato direto com a realidade social e das questões inerentes ao cotidiano, valendo-nos, por exemplo, de procedimentos técnicos como estudo e diário de campo. Nesse contexto, a pesquisa inicia-se a partir da observação direta das atividades empreendidas pelas equipes de trabalho no mencionado espaço laboral.

Além disso, incorporamos uma abordagem crítico-reflexiva ao apresentar as referências selecionadas e analisar sua pertinência em relação ao nosso objeto de estudo, que se concentra na mulher negra usuária dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Cachoeira do Campo, situado em Minas Gerais. A revisão bibliográfica foi meticulosamente planejada ao longo dos meses de junho, julho e agosto, seguindo critérios e orientações fornecidos por nossa supervisora acadêmica. Selecionamos autoras e autores que abordam a questão racial no contexto

brasileiro sob uma perspectiva crítica, incluindo aqueles cujos trabalhos foram objeto de estudo e debate ao longo de nosso percurso acadêmico em Serviço Social.

Esse delineamento metodológico foi traçado com a intenção de evidenciar, para os leitores e leitoras deste trabalho, a amplitude do impacto do racismo nas diversas dimensões da vida social. O racismo não apenas impõe limitações e provoca dores, mas também instiga a luta e a resistência. É precisamente sobre essa resistência que iremos discorrer ao longo dos capítulos subsequentes deste estudo.

No Primeiro Capítulo, dialogamos sobre o período da história no qual a organização do trabalho no Brasil teve como base a escravidão, principalmente dos negros africanos (1530-1888). Muito mais que a relação desigual de trabalho que persiste, a existência da “mão de obra escrava” embutiu na sociedade brasileira a desumanização, a mercantilização da vida, onde a exploração de pessoas tinha (e tem) como objetivo a obtenção do lucro. Os preconceitos raciais e de gênero, por exemplo, perpassam a vida da população que foi escravizada e invisibilizada diante do escravismo e capitalismo, sistemas que exploram a todas as pessoas que não fazem parte da classe senhorial (à sua época) ou burguesa (no contexto capitalista), pessoas essas que podemos entender atualmente como as populações que constituem a classe trabalhadora; e, na base dessa pirâmide, estão as mulheres negras, pessoas trans e idosas, gays, lésbicas, dentre outros grupos.

Será refletido de acordo com Theodoro (2014) como acontece o racismo, que se constitui de um conjunto de hábitos, práticas, situações e costumes que segregam a população negra. Dessa forma, são incorporadas ao nosso cotidiano atitudes a fim de reforçar a permanência da população negra à margem da sociedade, conseqüentemente, incorpora-se também o exército de desempregados e de subempregos garantidores do Modo de Produção Capitalista (MDC). Neste sentido, buscamos refletir sobre o racismo nas instituições e seus efeitos na vida das mulheres negras.

Em meio a toda essa opressão, teremos movimentos de resistência, de forma individualizada ou coletiva, dando visibilidade às ações sofridas e aos enfrentamentos dessa população, resultando numa legislação e políticas afirmativas que, na atualidade, se dispõem a integrar grupos historicamente excluídos. Essas ações são pouco refletidas no cotidiano, como a situação da população negra no mercado de trabalho e seus enfrentamentos diários, circunstância que se perpetua e conserva os olhares que as colocam em condições sociais desfavoráveis. Tal constatação aproxima-se da seguinte reflexão do geógrafo Milton Santos, em um texto escrito para a folha de São Paulo, no dia 7 de maio de 2000: “ser negro no Brasil significa ser abandonado, ter um olhar vesgo e ambíguo,

considerando que há um lugar pré-determinado, de subalternidade para os negros e assim tranquilamente a sociedade aceita e se comporta” (SANTOS, 2000).

Nessa direção, com alusão ao que Almeida (2018) apresenta, as práticas racistas não se limitaram a ações individuais uma vez que se ampliaram às dimensões das relações socioeconômicas, políticas e culturais, as quais permitiram ao racismo se estruturar. Logo, “as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (IBIDEM, p. 15).

No Segundo Capítulo, abordaremos de forma breve movimentos do Serviço Social, em especial, a aproximação com a teoria marxista, momento em que ganha relevância pautas como de classe, gênero e raça. Ainda neste capítulo, considerando os movimentos presentes na sociedade em busca dos direitos básicos e fundamentais através das políticas sociais, trazemos uma breve discussão em torno do CRAS, como um lugar de acesso a direitos, sendo este uma unidade de Proteção Social Básica (PSB), que busca prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios das famílias, nas 4.005 unidades dos CRAS em funcionamento e que estão distribuídos em mais de 3.000 municípios brasileiros. Destas, 3.200 são financiadas total ou parcialmente pelo governo federal e o restante por governos municipais ou estaduais. Nesta revista, trazemos uma breve amostra, de experiências desenvolvidas nos CRAS, com denota no documento: CRAS, um lugar de (re)fazer histórias. Ano 1, n. 1, 2007. – Brasília: MDS, 2007.) Para, assim, analisarmos o CRAS de Cachoeira do Campo-MG e a atuação da/o assistente social nesta instituição, onde foi realizado nosso Estágio Supervisionado em Serviço Social.

No Terceiro Capítulo e último, versamos sobre o caráter contraditório da presente sociedade de classes antagônicas, que têm efeitos na produção e reprodução da vida e que impõe condições precárias e particulares às mulheres negras, ou seja, expressões da “Questão Social”. Segundo Netto (2006), no que se refere à ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim sendo, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. (2006).

Essa sociedade, concede a essas mulheres, pois, uma naturalização da pobreza, nas instituições públicas e privadas, situações que são comprovadas em pesquisas do Ipea, ATLAS, INADE e ITTC. Isto é, as mulheres negras têm seu lugar na base na pirâmide

social¹, ocupando o maior índice de abandono, do subemprego e desemprego; vivendo nas favelas e aglomerados, nas ruas, na informalidade e, também, nos CRAS, onde, a partir das nossas experiências e das reflexões aqui apresentadas, sofrem com a naturalização da subalternização dos seus corpos e vidas

A partir da nossa vivência enquanto estudantes de Serviço Social e estagiária/estagiário, percebemos práticas racistas endereçadas às mulheres negras, das quais não se limitam como ações individuais, mas que se cruzam com o racismo institucional, que é estrutural nesse MDC – ainda que com especificidades, essas três dimensões se articulam, sendo que sua força-motor está na forma estrutural do racismo, conforme Almeida (2018). Deste modo, nos empenhamos em mostrar aspectos da naturalização da subalternidade voltada para as mulheres negras, porque, com isso, pensamos que é possível e necessário caminharmos em direção à desnaturalização de algo que, como o racismo, não é natural.

Faremos apontamento e reflexões sustentadas por diversos autores, nesse diálogo crucial para promover a conscientização e desafiar estruturas sociais que perpetuam a discriminação racial e de gênero, indicando a importância de conhecer que o racismo não é uma característica, mas sim uma construção social enraizada.

Em suma, buscamos apontar que o desenvolvimento de uma agenda política que aborde as questões relacionadas aos problemas gerados pelo racismo e pelas desigualdades de gênero é uma necessidade importante e urgente. No entanto, essa agenda deve ser formulada de maneira a levar em consideração as questões suscitadas pelas mulheres negras. A luta das mulheres negras pela construção de identidades negras positivas destaca a importância da interseccionalidade, que é a vinculação entre raça, gênero e identidade, como fenômenos historicamente determinados e que exercem uma influência profunda sobre o imaginário social, e, por sua vez, torna essas questões difíceis de serem abordadas de forma separada. Assim, destacamos a necessidade de uma ação política integrada e radicalmente democrática.

Aqui, partimos do entendimento de que a interseccionalidade reconhece que as pessoas não podem ser reduzidas a uma única dimensão de identidade, para Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da

¹A "pirâmide social" é uma representação visual da estratificação social, destacando a hierarquia e distribuição de diferentes grupos na sociedade com base em fatores socioeconômicos. A forma de pirâmide ilustra grupos superiores com menor representação, indicando privilégios, enquanto os estratos inferiores, mais amplos, representam uma parcela maior da população, evidenciando desigualdades sociais. (POCHMANN, 2012)

subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p. 177).

Iamamoto (2009) nos fala da necessidade de “decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social” (p 114). Recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade etc., como forma de consolidar o Projeto Étnico- político.

Portanto, as experiências e desafios enfrentados por mulheres negras não são apenas uma questão de raça ou de gênero, mas sim uma combinação complexa de ambos, que também é afetada por outros fatores, como classe social, orientação sexual, entre outros. Identidades individuais e sociais não podem ser analisadas isoladamente, mas sim interconectadas e interdependentes. Mulheres negras enfrentam desafios que não podem ser compreendidos apenas com uma lente.

1 DESVENDANDO RAÍZES: RACISMO NO BRASIL À LUZ DO ESCRAVISMO, CAPITALISMO E O SER DA MULHER

Neste capítulo o diálogo perpassa pela história do Brasil, período no qual tínhamos como relação de trabalho a escravidão, principalmente dos negros africanos. Muito mais que a relação desigual de trabalho que persiste, a existência da “mão de obra escravizada” embutiu na sociedade brasileira a desumanização, a mercantilização da vida, traços de dominação, poder e violência, cujo objetivo era a obtenção do lucro. Os preconceitos raciais e de gênero perpassam a vida da população que foi escravizada e invisibilizada diante do escravismo e capitalismo.

A organização de trabalho no Brasil, teve como base a escravidão, principalmente dos negros africanos (1530-1888), essa existência da “mão de obra escrava” embutiu na sociedade brasileira, preconceitos raciais. Segundo Almeida 2018, “o racismo fornece o sentido, a lógica para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (p 15). A vida da população que foi escravizada e invisibilizada diante do escravismo e continua no capitalismo.

O racismo, como sendo um conjunto de hábitos, práticas, situações e costumes que segregam a população negra. São incorporadas ao cotidiano atitudes para que a população negra permaneça na invisibilidade social e com isso se mantém o “Status quo”².

Importante não naturalizarmos os olhares enviesados para a população negra, reflexão de Santos (2000), onde o autor fala de lugar pré-determinado, de mais em baixo na sociedade, à população negra. Não, não podemos aceitar passivamente esse lugar, é preciso nascer em nós Zumbis, e levantar demandas, desconstruir padrões arraigados na nossa sociedade. E para tanto, mostrar como caminham de mãos dadas racismo e capitalismo, e mais, como racismo é estrutural nesse modo de produção e reprodução da vida.

1.1 Cicatrizes da História: Desvendando os Matizes do Escravismo no Brasil

A escravidão que marcou o século XVI, foi um período no qual País legitimou essa organização de vida, valendo-se do trabalho forçado e violento; pessoas foram comercializadas para gerar riqueza. O regime escravocrata existiu em muitas partes do

² O termo "status quo" é uma expressão em latim que significa "o estado atual das coisas" ou "a situação existente".(RODRIGUEZ, 2013).

mundo, sendo alimentado por uma série de fatores, cujo principal interesse era o econômico. (PRADO JR, 2012)

Outra marca considerável desse período eram as condições extremamente precárias, abusos físicos e emocionais, separação de famílias, negação de direitos humanos básicos, ou seja, foi um regime que imputou muita violência. Exploração brutal e sistemática essa, que deixou um legado profundo de desigualdade.

A escravidão de africanos no Brasil – momento sombrio da história – durou mais de 300 anos, desde a chegada dos primeiros africanos em 1500 até a abolição da escravização em 1888. Durante esse período, milhões de africanos foram trazidos à força para trabalhar como escravizados em diversas atividades. Theodoro (2012) retrata sobre os castigos praticados aos escravizados, “...em todas as cidades e Vilas do Brasil no século XIX havia um pelourinho, local público de castigos de escravizados...” (p.23), “outra forma era o empalamento, que consistia na introdução de uma estaca de madeira no ânus ou vagina da vítima. Muitas outras formas de violência poderiam ser descritas.” (p.23)

Esse processo desempenhou um papel significativo na estruturação do racismo no Brasil, que foi construído em torno de uma ideologia que justificava a escravidão e a opressão dos africanos e seus descendentes. Essa ideologia pautava-se na concepção de que os africanos eram naturalmente inferiores aos europeus e, portanto, estavam destinados à escravidão, e tal visão foi disseminada pela sociedade brasileira, pela elite dominante, tornando-se parte integrante da cultura e das demais instituições do país.

Dessa forma, o escravismo desempenhou um papel fundamental na formação da economia brasileira durante séculos, uma vez que os escravizados eram a força de trabalho principal nas plantações de açúcar, café, algodão e outras culturas agrícolas, bem como nas minas de ouro e diamante, constituindo relação direta com o processo de acumulação de capital; e, como escreve Moura (1983)

Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas desenvolvidas [...]. O escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui. (MOURA, 1983, p. 23):

Segundo Fausto (2006), expõem que muitos escravizados foram torturados, maltratados e açoitados; muitos morriam de fome e doenças antes mesmo de chegarem ao Brasil. Aqueles que sobreviviam, enfrentavam uma vida de trabalho forçado, abuso físico

e emocional, dispondo sensação de inferioridade imposta pelos sistemas escravistas e as hierarquias raciais que os colocavam em uma posição de subjugação, enquanto um grupo era privilegiado em detrimento da subalternidade de muitos. O cotidiano de um escravizado era marcado por inúmeras violações de seus direitos e dignidade humana, eram propriedades e mercadorias. Nestas circunstâncias, entretanto, houve rebeldia. Os escravizados não foram sujeitos meramente passivos nessas duras e diárias experiências como conta a “história oficial”. Por isso, é importante referir que:

A vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, de instrumento passivo dos grupos dominantes, supostamente os únicos agentes da história. Se deviam submeter-se às condições impostas por uma sociedade exploradora e violenta, coube também aos negros escravos criar uma estratégia de sobrevivência e, até mesmo, uma nova identidade, que lhes permitisse viver o seu dia-a-dia (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 11).³

Durante todas essas opressões e violência, também ocorreram as lutas e a rebeldia, os “Quilombos⁴”, desempenharam um papel importante na luta pela emancipação e abolição da escravidão, e representaram uma forma de resistência ao sistema escravista, porque as pessoas buscavam sua liberdade e autonomia.

Nos quilombos, as tradições culturais podiam ser praticadas e transmitidas; e, ainda podemos destacar que, nesse momento da história, estava o início da luta pela igualdade e justiça racial no Brasil (BIBLIOTECA NACIONAL, 1998). Tal como retrata a música que se encontra na epígrafe “Zumbi⁵ é senhor das guerras / É senhor das demandas”. A sociedade brasileira está repleta de “ZUMBIS”, prontos para resistirem à opressão, o racismo, todos verão na hora que eles surgem, aptos a mudar essa dura realidade social enfrentada pela população negra, e melhor dizendo, já estão em toda parte mostrando e refletindo essas questões, estão interferindo no cotidiano da população negra.

³ De acordo com Ribeiro (2015, p. 166), o Brasil, “no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui e de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno. Sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do Império e da proclamação da República. Mas as classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornara excedente e exportável a baixo preço.

⁴Na literatura e documentos oficiais do século XVIII e XIX, a expressão “aquilombar-se” refere-se à forma como as autoridades oficiais estabeleciam a quebra da ordem senhorial através da organização de escravos fugidos, ex-escravos e indígenas em agrupamentos denominados quilombos.

⁵Nascido em meio a uma grande variedade de tensões culturais – do imperialismo norte-americano aos conflitos raciais no país, dos temores do desemprego na Depressão à paranoia de lavagens cerebrais da Guerra Fria, do ataque aos direitos civis e políticos pós- 1960 ao terror corpóreo da era da aids – o zumbi tornou-se, como veremos, um potente símbolo do apocalipse. É um monstro cuja aparição sempre ameaça desafiar a fé da humanidade num universo ordenado (RUSSEL, 2010, p. 19).

Theodoro (2012) nos diz que as mudanças econômicas fizeram com que a escravização de pessoas se tornasse menos lucrativa. Em algumas regiões, a industrialização e a mecanização tornaram o trabalho escravizado menos competitivo em relação ao trabalho assalariado ou livre, o regime estava em colapso. Somente em meados do Segundo Reinado, é que foi possível a formação de movimentos para pôr fim nesse sistema. Fonseca (2002) apresenta a trajetória do fim do regime escravocrata no País: a lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que foi a primeira a proibir o tráfico de escravos para o Brasil, seguida da lei do Ventre Livre em 1871 e, em 1888, termina essa forma de trabalho com a Lei Áurea.

Ainda de acordo com Fonseca (2002), é importante dizer que a abolição não foi acompanhada por nenhuma ação no sentido de integrar a população escravizada à sociedade brasileira. Dessa forma, como “livres”, foram esses homens e mulheres, mais uma vez, atirados às precárias condições humanas, sendo, portanto, inseridos em um sistema operacionalizado pelo poder dos homens brancos, onde privilégios eram conservados, o que resultou em uma transição extremamente difícil para a liberdade. Muitos ex-escravizados enfrentaram, pois, condições de pobreza, falta de moradia adequada, falta de acesso à educação e oportunidades econômicas limitadas.

Ainda tratando desse cenário, a autora Conceição Evaristo (2017) traz em seu romance “Ponciá Vicêncio”⁶ a realidade da abolição no Brasil que, além de não ter direcionado nenhuma política de reparação aos libertos, ainda permaneceu estabelecendo relações de servidão. Evaristo evoca uma reflexão sobre as relações de poder que atravessaram os períodos da história de forma a garantir que a exploração, a opressão e a desigualdade ficassem registradas na sociedade da época como símbolo permanente de um regime que, ainda que camuflado, permanecia influenciando a experiência dos negros libertos da época. “O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens”. (EVARISTO, 2017, p.51)

É importante ressaltar que, ainda que o texto seja uma obra ficcional, suas reflexões são extremamente válidas no sentido de evidenciar o quanto a escravidão teve, e ainda tem, a capacidade de forjar a sociedade brasileira. Ao tratar da vida da personagem

⁶ “O enredo de Ponciá Vicêncio traça a trajetória de uma mulher negra, a protagonista que dá nome ao livro, desde sua infância até a idade adulta. Ponciá mora com a mãe, Maria Vicêncio, na Vila Vicêncio, no interior do Brasil, uma população de descendentes de escravos. Seu pai e seu irmão trabalham na lavoura para a família Vicêncio, que é dona das terras onde todos moram e trabalham, além de serem os donos do sobrenome dos habitantes da vila, como a família de Ponciá. O romance tem uma história fragmentada que, através de flashbacks, narra a infância da menina na vila junto da mãe e do artesanato com o barro que as duas fazem.” (ARRUDA, 2007, p 9)

principal desse romance, a menina chamada Ponciá Vicêncio descendente de escravizados, a autora mostra a realidade de muitos indivíduos da época que, ao buscarem romper com as relações de servidão estabelecidas no campo, iam para as cidades na esperança de melhores condições e se frustravam, frustração essa evidenciada na fala da personagem Ponciá:

“A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida” (EVARISTO, 2017, p 72).

Hansenbalg (1979) nos traz que após a abolição da escravização, mais de 50% da população negra era analfabeta contra 22% da população branca, vejamos, “1940, 9,6% das pessoas brancas de dez anos de idade ou mais, tinham completado os níveis de instrução primária, secundária ou universitária; essa taxa era de 2,9% para os mulatos e 1,5% para as negras...” mais de 70 anos do final do regime escravista, e a população negra permanecia esquecida pelo Estado.

Vejamos a importância da escravidão na constituição da sociedade brasileira, conforme a consideração apresentada no Congresso Brasileiro para o Progresso da Ciência (2021) com o tema “O Legado da Escravidão e o Futuro do Brasil” - 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O escritor e jornalista Laurentino Gomes, autor de livros sobre a escravidão, aponta que é possível considerarmos que a escravidão deixou um legado profundo de desigualdades raciais as quais persistiram e ainda persistem após a abolição.

Diante disso podemos refletir que a falta de medidas eficazes para combater essa desigualdade, contribuiu para a formação de uma sociedade profundamente estratificada, onde, em concordância com Gomes (2021) as oportunidades e privilégios continuam sendo distribuídos de maneira desigual com base na raça.

Nesta direção, é fundamental conhecer nossa história e seus impactos persistentes na sociedade brasileira. Ao longo dos anos, houve esforços significativos por parte de ativistas e grupos de direitos civis para abordar as desigualdades raciais e promover políticas de inclusão e justiça social para a população negra. Todavia, o processo de desigualdade racial é complexo e multifacetado, e envolve uma série de fatores.

Partiremos do pressuposto que desigualdade racial possui raízes históricas no período da escravização da população negra, compreendemos que o que levou um grupo a escravizar outro grupo possui intrínsecas questões econômicas e de superioridade racial (branco superior; negro inferior). Sendo aqui já evidenciada a relação entre escravismo e

racismo, consideramos pertinente trazer no próximo momento algumas considerações sobre o “racismo estrutural” como legado e seus desdobramentos na sociedade capitalista.

1.2 Entrelaçados na História: Capitalismo e Racismo - Uma Análise das Conexões

Nessa perspectiva de relação, entendemos que o sistema capitalista, tem suas raízes na escravidão, uma vez que este regime teve um papel significativo na acumulação de capital, Fernandes (2017) nos fala da relação complexa entre o regime capitalista e a prática da escravidão, sugerindo que esses elementos estão interconectados, vejamos:

“O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou depois da Independência. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes, mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravos organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país.” (FERNANDES, 2017, p. 37-38)

A partir desta colocação, compreendemos que o trabalho escravo, aliado à hegemonia dos senhores, impulsionou a expansão do capital e evidenciou uma estrutura na qual o racismo, problema social que persiste nessa sociedade capitalista, da forma que conhecemos hoje, ou seja, essa forma de trabalho desempenhou um papel fundamental de excedentes econômicos, favorecendo a expansão do capital dentro do país, e tem implicações significativas nas estruturas econômicas, sociais e políticas.

O racismo e seus reflexos, no Brasil, são complexa e profundamente enraizados na história, nos processos políticos, sociais e culturais do país. Para seguir nossa análise, trazemos, primeiramente, o conceito de racismo. Para Almeida (2018) “racismo é uma forma sistemática de discriminação, que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença” (p.25). Ainda segundo Almeida (2018)

“(…) o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo estrutural. O racismo é estrutural” (p.38).

Ou seja, o racismo estrutural refere-se a padrões e práticas discriminatórias, baseado na questão racial, se perpetuam em várias instituições e estruturas sociais.

Em suma, Almeida (2018) nos aponta no seu livro *Racismo Estrutural* que olhar para o racismo, significa olhar para o Estado, para o mundo contemporâneo, racionalização, classificação e limitação dos sujeitos em relação a si mesmos e ao mundo, ou seja, os processos de constituição dos sentimentos e da forma de pensar e ver o mundo, enfim as relações de produção e de reprodução da vida material e da existência. Diante disso entenderemos o racismo não apenas como um ato, mas sim um processo.

Embora a sociedade brasileira seja conhecida pela sua diversidade racial e cultural, o racismo persiste de várias formas. Uma das características do racismo, especificando sua manifestação através do preconceito racial, é que ele, muitas vezes, pode se manifestar de maneira sutil e “velada”. Isso pode torná-lo ainda mais difícil de ser identificado e combatido, por meio de práticas como: comentários racistas, estereótipos raciais, discriminação no mercado de trabalho, acesso desigual à educação e outros aspectos da vida cotidiana.

Essas atitudes estão pautadas em uma ideia de superioridade racial branca também entendida como branquitude, nesse sentido, nas sociedades estruturadas no racismo os indivíduos que se identificam brancos assumem posições privilegiadas em relação aos indivíduos que se identificam não brancos, diante disso a importância de trazer todos, para o debate, para reflexão e mudança, abrir mão de privilégios e combater o racismo estrutural.

A ideia de abafar o racismo, pode se referir ao fato de que muitas pessoas podem não reconhecer ou admitir abertamente suas atitudes racistas. O que o faz parecer uma questão moral, e, como analisado por Almeida (2018), “o racismo não se trata de moralismo” (p.21). Essas atitudes podem ser internalizadas e expressas de forma mais disfarçada, sendo assim, o racismo não é confrontado abertamente, mas continua a existir.

O racismo e o capitalismo têm uma relação intrínseca, posto que o capitalismo não só perpetua e reforça, como utiliza-se do racismo. Vejamos, Eduardo Bonilla-Silva, por sua vez, em seu trabalho sobre “Racismo sem racistas” (2003), discute como o capitalismo utiliza o racismo como uma ferramenta para manter e reproduzir desigualdades sociais. Ele enfatiza a existência de um racismo sistêmico que se manifesta de maneiras mais sutis, como nas práticas discriminatórias institucionais, diante dessa forma moderna sutil, fica difícil ser abordado e combatido eficazmente as desigualdades raciais.

Assim, entendemos que o capitalismo não apenas perpetua o racismo, mas se beneficia dele, e muito. A exploração econômica, a acumulação de capital e as estruturas hierárquicas são vistas de maneira interligada e, por isso, mantenedoras de desigualdades

raciais, manter essa grande massa de trabalhadores negros/negras em condições de estarem à margem da sociedade, é muito lucrativo.

Feito esse destaque, podemos citar que a exploração de pessoas com base em sua raça contribuiu para a acumulação de capital, que sustentou o desenvolvimento do capitalismo e a discriminação no mercado de trabalho, incluindo a recusa em contratar ou promover indivíduos com base em sua raça ou origem étnica. Este modelo de sociedade limita as oportunidades e aumenta as desigualdades econômicas. Poucos detêm o capital e muitos permanecem na pobreza, principalmente a população negra, como será mostrado a seguir.

O percentual de pretos ou pardos no mercado informal de trabalho no Brasil chegou a 47,4% em 2019, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%. Os negros eram maioria em atividades informais do setor agropecuário (62,7%), da construção (65,2%) e dos serviços domésticos (66,6%). Essas atividades em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho foram ampliadas desde 2014, com destaque para transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e construção (Agência Brasil). Esses e outros dados estão no estudo “Síntese de Indicadores Sociais” (SIS), que teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Essas desvantagens sociais, e outras que acompanhamos nos noticiários, nas ruas e em nosso cotidiano são frequentemente resultado de sistemas historicamente discriminatórios e estruturas institucionais que perpetuam o racismo.

Pessoas de grupos racialmente discriminados, frequentemente, enfrentam barreiras no acesso igualitário a empregos, educação, saúde e habitação, assim, ficam segregados na sociedade. Para reforçar nosso argumento, utilizamos como referência a filmografia intitulada de “A dor reprimida: violência obstétrica e mulheres negras”, de 2017, resultado do trabalho de conclusão de curso da jornalista Mariana Sales de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que revela as violências obstétricas enfrentadas pelas gestantes negras em trabalho de parto.

Em 26 (vinte e seis) minutos, essa filmografia escancara o “racismo estrutural” nos hospitais que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS), com falas impressionantes, fortes, corajosas, demonstrando luta e dor, para denunciar a precariedade de recursos públicos e falta de preparo que resulta em maus tratos às gestantes em trabalho de parto. Para além de dar visibilidade ao problema enfrentado por mulheres negras, apresenta importantes reflexões sobre colonização, escravização, estupro e conservadorismo.

As gestantes negras revelam suas experiências nos atendimentos pré-natais e no dia do parto; falam sobre o tratamento diferenciado em relação às gestantes brancas, a falta de estrutura física e humana, colocando-as na subalternidade já no início da maternidade. Isto nos leva a destacar o racismo institucional, mensurado em atos que são estruturais nas sociedades capitalistas, conforme nos aponta Almeida. O autor continua a nos dizer que as expressões do racismo são cotidianas nas relações interpessoais, na dinâmica das instituições.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2015, reconhece o problema como mundial, a ser superado, evidenciando as violências impostas às gestantes. Mas no Brasil, o problema racial complexifica ainda mais essas relações, impondo à população negra (preta e parda, segundo IBGE) uma condição muito desfavorável.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2019)⁷, é a população negra quem mais acessa o SUS e as políticas sociais no país. E essa população negra, classe trabalhadora, que sobrevive em maioria, nas “favelas, bicos e vielas”, ou seja, essas são as expressões da “Questão Social”, modo de produção e reprodução da vida nessa sociedade capitalista.

Nas experiências vivenciadas por essas mulheres, atos desrespeitosos, abusivos e negligenciados, pode-se considerar que a população negra carrega as marcas deixadas pelo sistema escravocrata, que as coloca em condições precárias da produção de vida, de silêncio, de dor reprimida, enfim, carregam o estereótipo de inferioridade, que precisa ser mostrado. A música, “A carne”, cantada por Elza Soares, lançada em 2002, narra a trajetória desigual, que leva essa população negra para os lugares de subalternidade, “*A carne mais barata do mercado é a carne negra / Só cego não vê / Que vai de graça pro presídio / E para debaixo do plástico / E vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos*”.

E o problema persiste, nos últimos anos, assistimos atrocidades cometidas pela força policial a homens, mulheres e crianças negras, explicadas por essa condição de funcionamento das instituições. É importante destacar ainda, que nesse contexto, que se verifica na inserção as mulheres negras tornam-se ainda mais prejudicadas pelo racismo por agregar a ele outro elemento: as relações patriarcais que envolvem a construção do gênero e as violências postas pelo sexismo e machismo. Logo, o racismo estrutural, coloca essa forma de discriminação como algo que constitui as relações sociais em um padrão de

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>

normalidade, como sendo algo inato à estrutura social, ou seja, o que vai ditar o funcionamento da sociedade.

1.3 Discriminação e Desigualdade: Mulheres negras

“(...) Quando Zumbi chegar / O que vai acontecer / Zumbi é senhor das guerras / É senhor das demandas...” Jorge Ben Jor (1974)

Para nos impactar seguem pesquisas que apontam as condições sociais desfavoráveis às mulheres negras e pardas, vejamos:

Mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em agosto de 2018.

Conforme dados do Atlas da Violência 2019⁸, verifica-se o crescimento no número de homicídios de mulheres no país durante o período de 2007 a 2017. Nesse período, a taxa de homicídios entre as mulheres negras cresceu mais do que a taxa de homicídios entre as mulheres não negras. A classificação de raça/cor do IBGE agrega negras como a soma de pretas e pardas e não negras como a soma de brancas, amarelas e indígenas (INADE).

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), de dezembro de 2017 a abril de 2018, divulgou que o sistema de encarceramento é seletivo. De acordo com os dados, 68% das mulheres encarceradas são negras, 57% são solteiras, 50% têm apenas o ensino fundamental e 50% têm entre 18 e 29 anos.

Acerca disso destacamos a autora bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins, uma renomada autora, teórica, feminista e ativista afro-americana que tem contribuído significativamente para o entendimento das interseções entre gênero e raça e como essas questões se entrelaçam na experiência das mulheres, especialmente das mulheres negras. Ela desenvolveu a teoria da interseccionalidade, que analisa como diferentes formas de opressão, como sexismo, racismo e classismo, se combinam e se reforçam mutuamente, criando experiências únicas de discriminação e desigualdade para grupos marginalizados.

Entendemos, conforme aponta Hooks (2019) opressão de gênero, raça e classe, como conceitos fundamentais na análise das desigualdades e injustiças sociais. Eles se referem a diferentes formas de discriminação e marginalização que afetam indivíduos com base em sua identidade de gênero, raça ou classe social. Manifestando-se de várias formas,

⁸ Ver em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

incluindo a disparidade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, a discriminação contra pessoas LGBTQ+ e a imposição de papéis de gênero estereotipados.

A opressão racial é uma manifestação de desigualdade racial e tem raízes históricas profundas, ligadas ao colonialismo e escravidão, que está relacionada à discriminação e desigualdade que as pessoas enfrentam com base em sua posição socioeconômica, falta de acesso a recursos básicos, educação, assistência médica e oportunidades econômicas. A opressão de classe geralmente está relacionada a sistemas econômicos que perpetuam desigualdades e concentração de poder nas mãos de poucos, e assim se conserva, ou seja, capitalismo.

Segundo Abram (2006) a desigualdade de gênero e raça é um fenômeno complexo e profundamente consolidado na sociedade contemporânea. Se refere às disparidades sistemáticas e injustas que afetam mulheres e pessoas de diferentes origens étnicas e raciais em diversos aspectos da vida. Neste contexto, exploraremos a importância dos movimentos femininos, que segundo a Hooks (2019), aponta como um processo de promoção da igualdade, visibilidade e a justiça para todos os indivíduos, independentemente de seu gênero ou origem étnico-racial.

Os movimentos femininos são movimentos sociais e políticos que buscam defender os direitos das mulheres e combater a discriminação de gênero, compreende essa pauta ampla que perpassa a vida das mulheres. Eles têm desempenhado um papel significativo ao longo da história na luta por mudanças sociais e na conquista de direitos e oportunidades.

De acordo com Costa (2004) a primeira onda feminista ocorreu no Século XIX - Início do Século XX. Durante a primeira onda feminista nos Estados Unidos, Reino Unido e outras partes do mundo, as mulheres lutaram principalmente pelo direito de voto. O movimento culminou na aprovação da 19ª Emenda nos Estados Unidos em 1920, que garantiu o direito de voto às mulheres. Sufragistas, como Susan B. Anthony e Emmeline Pankhurst, foram líderes proeminentes deste movimento.

A segunda onda feminista, que pode ser destacada entre as décadas de 1960 e 1970, era fundamentada em questões mais amplas. Além do direito ao voto, foram incluídas pautas como: igualdade de oportunidades educacionais e profissionais, direitos reprodutivos, igualdade salarial e o combate à discriminação de gênero. Betty Friedan, Gloria Steinem e Simone de Beauvoir estão entre as figuras notáveis desse movimento (COSTA, 2004).

A terceira onda feminista trouxe uma maior conscientização sobre a interseccionalidade, Hooks (2019), reconhecendo que as experiências das mulheres variam de acordo com sua raça, orientação sexual, classe social e outros fatores. Este movimento também se concentrou em questões como a representação das mulheres na mídia, a violência de gênero e a diversidade de corpos.

Moreira (2015) destaca algumas abordagens desse movimento, como o feminismo interseccional, feminismo global, o movimento ME TOO⁹, refere-se ao movimento social que surgiu em 2017 para denunciar e combater assédio sexual e má conduta sexual, especialmente em ambientes de trabalho, entre outros. O feminismo interseccional é uma abordagem que reconhece a interseção de várias formas de discriminação.

Inegável, o feminismo é uma força global, com movimentos em todo o mundo lutando por direitos das mulheres, justiça e igualdade, enfim equidade. As ativistas Malala Yousafzai, que defende a educação para meninas no Paquistão, e Leymah Gbowee, que desempenhou um papel fundamental na promoção da paz e dos direitos das mulheres na Libéria.

Esses são apenas alguns exemplos de organização das mulheres ao longo da história, até os dias de hoje. O feminismo continua a ser uma força poderosa na luta de classes, e seus objetivos e abordagens continuam a evoluir para enfrentar os desafios contemporâneos, conservadores, que mantêm a ordem estabelecida nesse MDC.

O feminismo interseccional não apenas se concentra na inclusão de mulheres de diferentes origens, mas também examina criticamente como as estruturas sociais, políticas e econômicas interagem, e faz uma crítica contundente à produção e reprodução da vida.

Por ser uma questão global, o conceito de Hooks (2019) sobre desigualdade de gênero e raça, é uma abordagem interseccional. Ela argumenta que não se pode compreender totalmente a opressão das mulheres negras, por exemplo, apenas olhando para o sexismo ou o racismo isoladamente. Em vez disso, é necessário considerar como essas formas de opressão se intersectam e se manifestam em uma experiência de opressão única. A autora destaca a interseccionalidade como um conceito central em seu trabalho.

⁹ Nossa visão desde o início era abordar escassez de recursos para sobreviventes de violência sexual e construir uma comunidade de advogados, guiados por sobreviventes, que estarão na vanguarda da criação de soluções para interromper a violência sexual em suas comunidades (ME TOO MOVIMENT, 2018. Tradução nossa

O site está disponível no endereço

<https://metoomvmt.org/> Acesso em 04 de janeiro de 2024

Argumenta, ainda, que não podemos compreender completamente as opressões que as pessoas enfrentam sem levar em conta as interações complexas da produção da vida.

Essa autora, Hooks (2019), sem dúvida é uma proeminente voz do feminismo negro, que examina as experiências das mulheres negras em relação ao feminismo, ela critica as limitações do feminismo que historicamente negligenciou as preocupações das mulheres negras, e argumenta que essas mulheres precisam de um feminismo que leve em consideração suas experiências únicas, de mulheres negras.

Conhecida por sua ênfase na educação como uma ferramenta de libertação e empoderamento, Hooks (2019), acredita que a educação crítica pode desafiar as estruturas de poder e do patriarcado existentes e capacitar as pessoas a questionar e transformar as normas sociais opressivas.

Nesse sentido, Hooks (2019), discute a necessidade de "descolonizar" a mente, o que implica questionar e desafiar as narrativas culturais e ideológicas dominantes que perpetuam a opressão. Isso envolve rejeitar a internalização de estereótipos e crenças prejudiciais e buscar uma consciência crítica. Em seu livro "All About Love: New Visions" (2000), a autora explora a ideia de que o amor é uma prática política. Quando baseado na justiça, na igualdade e no respeito mútuo, pode ser uma força transformadora que pode contribuir para a criação de uma sociedade mais justa.

A autora também enfatiza a importância de dar voz às experiências das mulheres negras e de outros grupos marginalizados, permitindo que todes se apresentem em suas próprias histórias e moldem a narrativa sobre suas lutas. Ela defende a importância do diálogo aberto e da conscientização sobre as questões de gênero e raça, bem como a ação coletiva para enfrentar essas formas de opressão.

Ademais, Hooks (2015), discute em vários pontos como as mulheres negras foram excluídas do movimento feminista nos Estados Unidos. Ela argumenta que as feministas brancas burguesas não consideraram as experiências das mulheres negras em suas análises e teorias sobre a opressão feminina. Além disso, as mulheres negras não foram incluídas nas discussões e decisões do movimento feminista, e muitas vezes foram marginalizadas ou ignoradas. Hooks também menciona que o racismo dentro do movimento feminista foi um fator importante na exclusão das mulheres negras.

A autora reconhece a existência de múltiplas opressões, incluindo raça, classe e gênero. Ela defende que as feministas devem reconhecer que as experiências das mulheres negras são diferentes das experiências das mulheres brancas e que a teoria feminista deve levar em conta essas diferenças.

A negação dos direitos de acesso a oportunidades educacionais, emprego, remuneração justa, cuidados de saúde adequados, representação política e participação na vida social significa que determinados grupos de pessoas são sistematicamente impedidos ou discriminados em relação a esses aspectos fundamentais da vida. Quando esses direitos são negados ou limitados de forma injusta, isso resulta em desigualdades profundas na sociedade. Se determinados grupos não têm igualdade de acesso à educação de qualidade, isso perpetua ciclos de desvantagem, limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e econômico.

Discriminação no mercado de trabalho pode levar a disparidades salariais e oportunidades limitadas de progresso na carreira para grupos marginalizados. Segundo Carneiro (2003) “a falta de acesso a cuidados de saúde de qualidade pode resultar em disparidades na saúde e na expectativa de vida entre diferentes grupos”.

A negação desses direitos é, majoritariamente, causada por preconceitos, estereótipos e discriminação sistêmica, e são vistas como injustas e contrárias aos princípios de igualdade e justiça social. Como resultado, muitos esforços têm sido feitos em todo o mundo para combater essas desigualdades e garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida.

As mulheres historicamente tiveram seus direitos negados ou limitados em muitas sociedades devido a uma série de fatores interconectados, incluindo preconceitos de gênero profundamente enraizados, normas sociais tradicionais, estruturas de poder desiguais e o sexismo.

Moreira (2015), aponta que sexismo muitas vezes começa com a criação e perpetuação de estereótipos de gênero. Esses estereótipos são ideias preconcebidas sobre como homens e mulheres devem se comportar, quais são suas características e quais papéis devem desempenhar na sociedade, como por exemplo, o estereótipo de que as mulheres são emocionais e os homens são racionais.

1.4 A Mulher Negra como Protagonista na Luta por Equidade e Reconhecimento

O conceito de raça é imprescindível para a discussão do protagonismo da mulher na luta por equidade e reconhecimento. Guimarães (2002) apresenta a importância da concepção de "raça" como não apenas uma categoria política essencial na mobilização da resistência ao racismo no Brasil, mas também como uma categoria analítica indispensável,

mas não única e suficiente para compreender as complexidades das discriminações e desigualdades presentes na sociedade.

“(...) ‘raça’ não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ é efetivamente raciais e não apenas de classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 51).

Ao enfatizar a categoria de "raça", o autor sugere que as disparidades socioeconômicas e as formas de discriminação, para além de serem compreendidas sob a ótica da classe, devem ser analisadas no panorama das relações raciais. Assim, a categoria de "raça" surge como um instrumento fundamental que evidencia a relação entre desigualdades e questões raciais no Brasil desfazendo a ideia de que estas são diretamente determinadas pela classe social. A partir disso, é importante destacar a necessidade de se compreender de forma mais abrangente e específica as dinâmicas sociais, e assim propor análises minuciosas das estruturas que perpetuam o racismo no país.

Butler, Hooks (2019), entre outros, apontam a "mulher" como uma categoria política referenciando à perspectiva de que as questões relacionadas às mulheres e à igualdade de gênero devem ser consideradas como um componente fundamental da política e da governança. Isso implica reconhecer que as mulheres têm experiências, necessidades e desafios específicos que muitas vezes são negligenciados ou subestimados na esfera política e social. A categorização política das mulheres envolve uma série de questões, incluindo: igualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência, saúde, trabalho, participação efetiva nas esferas políticas, educação, emancipação, diversidade de gênero e mais.

Essa categoria política é essencial para avançar em direção a sociedades mais justas e igualitárias, onde as mulheres tenham o mesmo acesso a oportunidades e direitos que os homens. Isso envolve não apenas a promoção de políticas específicas, mas também uma mudança de mentalidade e cultura que reconheça a importância da igualdade de gênero em todas as esferas da vida pública e privada.

Nesse momento, é importante refletirmos o olhar enviesado para as mulheres negras sem antes abordar a questão de gêneros (atribuições estabelecidas por meio das relações) que visa o poder do homem sobre a mulher em uma relação de poder patriarcal, onde a sociedade atribui características físicas e psicológicas ao masculino e ao feminino, desde a infância, que refletem na vida social, conforme Ferreira e Lemos (2011) expõem no livro trabalho e gênero:

As relações de gênero estabelecidas no Ocidente moderno são marcadas por relações de poder e de dominação, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. Com isso, o gênero faz referência às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais são produto de uma construção social e histórica do papel masculino e feminino. (FERREIRA, LEMOS, 2011, p.34)

Desconstruir o modelo que insiste em perpetuar essa desigualdade de gêneros, e ofertar um novo modelo onde homens e mulheres sejam vistos e oportunizados da mesma forma, é um trabalho complexo. Desde o início da civilização a ideia de poder e superioridade do homem sobre a mulher, era vista como algo que tem a ver com a força física, o mais forte é superior.

Para a mulher estão reservadas as atividades mais elementares, ela seria uma ajudante do homem, costumes e hábitos que vêm se arrastando pela sociedade e que excluem e condenam a mulher. O espaço ocupado por elas seria apenas o lar, nos afazeres domésticos (todos eles: lavar, passar, arrumar e cozinhar), na reprodução e cuidado da sua prole e não no mercado de trabalho.

Nos movimentos feministas, Moreira (2015), toda essa estrutura de hierarquia machista foi mostrada. As mulheres, depois de muita luta, pouco a pouco, chegaram às escolas, mercado de trabalho e à política, colocando problemas vivenciados por elas nas demandas políticas, dando-lhes a devida visibilidade. Conquistaram alguns direitos legais, mas ainda, sofrem discriminação por gênero e raça. Mulheres negras continuam liderando, a invisibilidade social, ou seja, condição social precarizada.

O caráter contraditório dessa sociedade se apresenta em duas classes antagônicas: os donos da produção, os capitalistas e os que vendem sua força de trabalho, os trabalhadores, na produção e reprodução da vida. A classe dominante impõe condições precárias à classe trabalhadora, que mesmo explorada, incorporam a ideologia do conservadorismo, da supremacia de raças. Por essa razão os trabalhadores, irracionalmente, oferecem a essas mulheres negras, um tratamento ainda mais hostil: a ponto de que elas reconhecem os olhares endereçados a elas diferenciados, ruins, por serem negras. O racismo estrutural, conforme nos aponta Almeida (2018), atravessa os atendimentos e evidencia uma ordem social, dessas mulheres, de subalternidade.

Agindo em prol da igualdade de direitos, as mulheres estão mostrando que não serão mais somente coadjuvantes, elas querem ser protagonistas na sociedade, querem igualdade de gênero. Também são elas responsáveis pela força de trabalho, ainda que desvalorizadas em relação aos homens. De acordo com os autores, Ferreira e Lemos (2011), a questão de trabalho e gênero, pode ser pensada como:

Salários inferiores são pagos às mulheres, pois entende que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação à dos homens. Elas se inserem em postos de trabalho mais precários, sem qualificação e atípicos. Devem conciliar jornadas duplas de trabalho, ao passo que os fatores destinados à reprodução da força de trabalho, como as tarefas domésticas, são tidos como responsabilidade feminina. (FERREIRA, LEMOS, 2011, p.37)

Debates em torno da questão de trabalho e gênero devem dar visibilidade aos problemas enfrentados pela sociedade. Os movimentos feministas, a partir da década de 1990, vêm contribuindo para profundas transformações, resultando em ações efetivas de valorização da mulher. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), que trabalha em parcerias com outros ministérios e secretarias, para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, especialmente no combate à discriminação e a incorporação das questões de gênero nas políticas públicas.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) trabalha com a questão da “Igualdade entre os sexos e valorização da mulher” nas empresas públicas e privadas, mas na vida cotidiana, contudo, ainda são muitas mulheres negras na informalidade, fazendo “bicos”, e como domésticas, resquícios do período escravocrata, sem garantias trabalhistas e nas profissões que exigem menor escolaridade. O preconceito é camuflado, onde poucos enxergam esses problemas, na maioria das vezes, nem a vítima. Necessário, portanto, mostrar à população essas reflexões, para o surgimento de ideias de transformação social e não mais a perpetuação das desigualdades sociais oriundas do regime escravo desse país, como afirma Santos (2010) “Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais.”

Conhecimentos arraigados, tornam-se hábitos, difíceis de serem transformados, apesar de haver propostas de equidade de gênero, ainda prevalece a discriminação e a exclusão da mulher, em especial da mulher negra na sociedade, notoriamente no mercado de trabalho.

A década de 1990 foi um momento negativo no que se refere às relações de trabalho, em decorrência da crise econômica que o país vivia, levando à informalidade que tomou conta do Brasil, acentuando-se com a divisão de tarefas. E com os avanços da mulher no mercado de trabalho, os homens faziam questão de estabelecer limites, pois representou para o sexo dominante um risco a inserção dessas, Tosta (2011), traz uma análise sobre tal temática:

De acordo com o sistema de “divisão de trabalho social decorrente das relações entre os sexos”, atribui-se a esfera produtiva e as funções de maior valor social aos homens e a esfera reprodutiva e as domésticas às mulheres. Além disso, o

princípio de divisão sexual do trabalho parte da ideia de separação entre trabalhos de homens e de mulheres e da ideia de hierarquização, na qual o trabalho deles vale mais que o delas. (TOSTA, 2011, p.74)

O não reconhecimento e a não valorização do trabalho feminino, resultado do caráter sexual construído historicamente, são problemas graves e afetam profundamente questões sociais, visto que hoje grande parte das mulheres são arrimos de família, e têm filhos que sobrevivem exclusivamente da renda delas. Observa-se que as mulheres ocupam postos basicamente de recepcionistas, como se fossem cartão postal, ou professoras que continuam educando filhos, ou nas atividades domésticas como: lavar, passar, cozinhar etc. Sobre esse assunto, Santos afirma que:

A vinculação do serviço doméstico à servidão, corrente nas representações sociais, decorrente principalmente da permanência da ligação, no imaginário social, dessa atividade à sua execução no contexto da sociedade escravocrata e patriarcal do passado, que mobiliza uma noção de “servir” como uma inclinação natural das mulheres, negros e pobres. (SANTOS, 2011, p.36)

A sociedade de acordo com Santos (2011) aceita a visão negativa da atividade doméstica, que acarreta acomodação social e precária da função, e mantém a hierarquia social, do homem sobre a mulher.

A desvalorização das mulheres negras é ainda mais intensa do que das mulheres não-negras, dentro do mundo do trabalho. A sociedade brasileira, não oferece as mesmas oportunidades no mercado de trabalho, para as mulheres negras, uma vez que estas ocupam as atividades consideradas mais precárias, entre elas, as relacionadas aos serviços domésticos, resquícios da escravidão. Conforme Santos (2011) vem relatar, mostrando-nos semelhança a questão racial nas relações de serviços domésticos.

O emprego doméstico revela algumas das características das relações raciais no Brasil, já que o estigma racial tem peso na relação. Cria-se, então, uma vinculação simbólica entre o emprego doméstico e os estigmas seculares da escravidão, como associação entre a mulher negra e escrava, a ligação da imagem da empregada. (SANTOS, 2011, p.43)

Diante disso, tem-se uma sociedade que determina onde essa mulher negra deve ficar ainda como domésticas ou atribuições correlatas, segundo bell hooks, quem cuidaria dos filhos dos brancos caso essas mulheres negras e pobres, fossem verdadeiramente “libertadas” dessa função.

2 REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A proposta deste capítulo é, de forma breve, refletir sobre alguns movimentos do Serviço Social, revisitando as origens e chegando na contemporaneidade. Considerando os movimentos, lutas, presentes na sociedade em busca dos direitos básicos e fundamentais através das políticas sociais, trazemos uma breve discussão em torno do CRAS, como um lugar de acesso a direitos, sendo este uma unidade de Proteção Social Básica (PSB), que busca prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios das famílias. A partir da nossa vivência enquanto estudantes de Serviço Social e estagiária/ estagiário, percebemos práticas racistas endereçadas às mulheres negras, as quais não se limitam como ações individuais, mas que se cruzam com o racismo institucional e estrutural nessa sociedade capitalista.

Iamamoto (1998) na obra “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional”, aborda a trajetória do Serviço Social no Brasil, desde suas raízes conservadoras até os momentos de ruptura e transformação. Onde em plena expansão do capitalismo no Brasil, e com ele o agravamento da pobreza e desigualdade social, surge a profissão de assistente social, como capaz de controlar a revolta da classe explorada, classe trabalhadora.

É necessário visitar a origem da profissão, raiz empirista, filantrópica e assistencialista, para entender as dinâmicas que podem assombrá-la, pois, mesmo com tantos intelectuais que alavancam e descortinam conhecimentos da realidade material da vida, tem-se intervenções conservadoras, que excluem e criminalizam os envolvidos, sem enxergar as mazelas desse MDC.

O Serviço Social no Brasil começou a se desenvolver na década de 1930, fortemente influenciado pela Doutrina Social da Igreja Católica. Nesse período, as ações assistenciais eram predominantemente filantrópicas e caritativas, voltadas para o atendimento das necessidades imediatas das camadas mais desfavorecidas da população. O Serviço Social começou a se institucionalizar, com a criação de escolas de serviço social e a promulgação de leis que regulamentaram a profissão.

Durante as décadas de 1940 e 1960, o Serviço Social no Brasil passou por uma segunda fase, caracterizada pela forte influência dos modelos norte-americanos. Nesse período, houve uma profissionalização da área, com a introdução de técnicas de diagnóstico social e métodos de intervenção de cunho mais técnico e individualista.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, iniciado na década de 1960, foi um marco importante. Nos anos 80, houve uma crítica aos modelos tradicionais de Serviço Social, buscando uma abordagem mais crítica e comprometida com a transformação social. Foi um momento de questionamento das bases da profissão e uma maior aproximação com a teoria crítica, que trouxe uma leitura da realidade material da vida (NETTO, 2005).

Colabora conosco Iamamoto (1998), durante a década de 1970, o Serviço Social no Brasil se aproximou da teoria marxista e adotou uma perspectiva mais crítica, voltada para a análise das estruturas sociais, desigualdades e lutas de classes. A profissão passou a se engajar mais ativamente em movimentos sociais e na promoção de mudanças sociais.

A década de 1980 marcou a regulamentação da profissão de assistente social no Brasil. A regulamentação estabeleceu diretrizes e princípios éticos para a prática do Serviço Social, garantindo um papel fundamental na promoção do bem-estar social, na defesa dos direitos humanos e na transformação das condições sociais.

Quando o Serviço Social, “rompe” com o assistencialismo, apresenta um processo de inovação, busca uma quebra do tradicionalismo profissional, uma articulação com as demandas sociais e políticas, denunciando o conservadorismo profissional, vemos isso, principalmente nos anos 70 com a queda da ditadura militar, onde tivemos um marco histórico que foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, conhecido também como Congresso da Virada, ocorrido em São Paulo em 1979.

Marca a trajetória do Serviço Social que, segundo Motta e Levi (2020) no Brasil se deu a partir de algumas particularidades, com raízes empiristas, filantrópicas e assistencialistas, período que orientou e marcou a profissão até final dos anos 70.

Passadas quatro décadas daquele conclave, cujo significado histórico político-profissional alçou à condição de tema central do XVI CBAS, ocorrido recentemente em Brasília-DF, este artigo pretende discutir sobre sua principal herança: a formação de uma nova cultura profissional do Serviço Social brasileiro que desaguou na construção do seu projeto ético-político profissional. (Motta; Levi, 2020, n.p)

Apresentaram nesse momento uma inovação, buscando uma quebra com o tradicionalismo profissional, uma articulação com as demandas sociais e políticas através de muita luta.

Essas diferentes fases refletem a evolução do Serviço Social no Brasil, passando de uma abordagem mais caritativa e assistencialista para uma profissão crítica e engajada na transformação social. A trajetória do Serviço Social está intimamente ligada às mudanças

na sociedade e na economia ao longo dos anos, adaptando-se para melhor atender às demandas e necessidades da população brasileira. A fim de minimizar e atuar na ampliação da cidadania, em conformidade com os princípios fundamentais da profissão, vejamos o terceiro princípio do Código de Ética da profissão: “III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.” (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Isso significa que os profissionais de serviço social têm a responsabilidade de trabalhar para que todas as pessoas tenham pleno acesso aos direitos e deveres de cidadania. Destaca a ênfase na proteção e promoção dos direitos das classes trabalhadoras, que sempre estão em desvantagem econômica e social.

A política de Assistência Social é legalmente reconhecida como direito social e dever estatal, estando ela amparada pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sendo regulamentada pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005).

2.1 Assistente social: trabalhador assalariado

O Serviço Social tem como desafio entender a realidade contraditória, a lógica clássica do capitalismo, que é a pobreza da classe trabalhadora em detrimento da riqueza de uma minoria, e sobre as contradições das políticas sociais, que se apresentam no cotidiano do exercício profissional, especialmente porque estamos em constantes transformações na esfera do trabalho.

Iamamoto (1998) e Netto (2005), nos dizem que como profissionais assalariados, os assistentes sociais vendem a força de trabalho público ou privado, trabalho que é transformado em mercadoria, e por ser mercadoria, trabalha para o capitalista. A condição de trabalhador assalariado faz com que os profissionais não disponham e nem tenham total controle sobre todas as condições e atuações/intervenções, à práxis do assistente social tem limitações, nos mais variados espaços e ou equipamentos assim, o seu trabalho fica fragilizado e precarizado.

Assim sendo, é importante estudar a história do Serviço Social, é fundamental saber a trajetória de luta e enfrentamento da profissão, conhecer sua origem e seu direcionamento, pois é dessa forma, que os estudos e pesquisas se aprofundam, produzindo redirecionamentos, ou seja, práticas diferentes capazes de interferir na sociedade. Só assim

podemos enxergar as dimensões do cotidiano, para ser possível uma reflexão dessa profissão de assistente social dentro do Serviço Social, que se insere em uma divisão sociotécnica do trabalho, e exercida majoritariamente por mulheres.

O profissional do Serviço Social deve olhar com mais cuidado e atenção, compreendendo o processo de luta e as pautas que envolve a profissão, para que o debate perpassa a formação e atualização, dessa profissão dinâmica. Além desses aspectos mencionados, a interseccionalidade é vista como uma forma de combater as opressões, sendo uma estratégia e um instrumento de luta política. Segundo Freitas et al (2018) nos anos de 1990 a 2000, período que houve um aumento na produção acadêmica sobre essas questões expostas, ou seja, o espaço está sendo conquistado sobre as questões de gênero, raça-etnia, com a intenção de mostrar as mazelas para a sociedade. O projeto ético-político da profissão, tem esse direcionamento e compromisso com a autonomia e a emancipação, no tensionamento entre as classes para sociedade com menos exploração de classe, gênero e raça.

Considerar a sociedade capitalista, com forças conservadoras, burocráticas e alienadoras torna mais desafiador este trabalho do serviço social. Por isso é preciso compreender a estruturação dessa forma de sociedade, e entender que o trabalho não se desenvolve de forma neutra.

A profissão dos assistentes sociais demanda uma carga de conhecimentos históricos, sociais, e dos sistemas econômicos e políticos, pois esta profissão surgiu do Capitalismo, sistema de exploração, superpopulação, acumulação de capital, da pobreza, do desemprego e da exploração da força de trabalho, estruturantes no MDC.

Moraes e Martinelli (2012) apresentam que diante desse profundo jogo de forças sociais, é importante que o profissional, assistente social, tenha o dever ético sem perder de vista o processo dinâmico dessa sociedade, somente nessa lógica será possível alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada.

O Serviço Social enquanto uma profissão ou composta por sujeitos profissionais em prol de um melhoramento ou redução de danos que o sistema capitalista intensifica, busca reconhecer a pauta e a necessidade de compreender tais premissas que perpassam o debate e a existência das Classes Sociais e as desigualdades existentes dentro delas.

Segundo Mattei (2019) foi nos países europeus que os sistemas de proteção social foram implantados inicialmente, estes sistemas buscavam atender algumas demandas sociais. A revolução industrial no sistema capitalista trouxe diversos problemas sociais.

Os sistemas de proteção social “propuseram a disponibilizar um conjunto de serviços públicos com a função de melhorar a condição social das pessoas.” (p.58) A história desses sistemas é complexa e longa pois incorporam ações e políticas diferentes ao longo do tempo.

No Brasil, a discussão se deu a partir das reflexões sobre os termos mundiais e no âmbito da América Latina, apesar de “que sequer chegaram a formar um verdadeiro sistema de proteção” (p.58)

(...) a trajetória de implementação do Sistema de Proteção Social caminhou no sentido de promover melhorias nas condições de vida da população, especialmente da classe trabalhadora. Assim, foram constituídos em várias partes do mundo, particularmente no pós-guerra, sistemas que foram capazes de atender as demandas sociais da população pobre, de tal forma que a pobreza e a exclusão passaram a ter uma tendência regressiva. No caso brasileiro nota-se a lenta trajetória de organização de um sistema mínimo de proteção social forjado até a década de 1980. (Mattei, 2019, p. 68)

O período de maior desenvolvimento da seguridade no país, foi no regime republicano, em plena expansão do capitalismo. Com isso, a exploração dos trabalhadores, que por meio de lutas foram conquistando alguns direitos, culminou na Constituição de 1988, que engloba uma série de direitos sociais. De início um regime privado e facultativo, noutro período um regime obrigatório e atualmente, um sistema de seguridade social, onde a grande classe de trabalhadores têm dificuldades em acessar.

Mesmo sendo um trabalhador assalariado, cabe ao assistente social, procurar conhecer as normativas e, sobretudo, a legislação social (ECA, Estatuto do Idoso, SUAS, LOAS, PNPd); para que mesmo no limite de sua atuação, ele consiga ir além, com conhecimento e habilidade para: trabalhar em equipes, para fazer interface com o poder público e articular redes, enfim tensionar e conquistar direitos para a classe trabalhadora.

2.2 CRAS de Cachoeira do Campo- um novo olhar

Bohrer (2011), em sua obra “Ouro Preto - um novo olhar”, como historiador, retrata que a formação da cidade do Ouro Preto se deu a partir das explorações de minas por volta de 1711, atividade ainda muito intensa atualmente, trazendo enormes prejuízos ambientais e sociais. A partir das explorações começaram a construção de diversas vilas, uma delas conhecida como Vila Rica. A partir da sua expansão e da sua riqueza mineral, se tornou a capitania de Minas, que mais tarde foi nomeada Ouro Preto.

Com isso, Ouro Preto se tornou uma cidade rica para fazendeiros, burgueses etc. Construída majoritariamente pelos escravizados, vindos da África, na exploração do ouro, condição antagônica aos fazendeiros. Traços sociais que perduram nas relações e

imposições de trabalho da população da nossa cidade, que pode ser comprovada no nosso cotidiano, na atualidade, que os subempregos, por exemplo, da mineração têm fenótipos raciais.

Transitam por essa cidade muito mais que seus 74.281 habitantes, censo 2022, (IBGE) contamos com uma população flutuante em virtude da Universidade e das mineradoras. Hoje o Serviço Social conta com cinco CRAS, conforme apresentado no site da prefeitura de Ouro Preto, como porta de acesso a direitos, pois evidentemente, os usuários buscam outras políticas públicas como educação e saúde.

A importância de conhecer as teorias, fundamentações e teses acerca dos processos histórico-materialistas para o profissional do serviço social, parte do princípio da não criminalização dos indivíduos, pois nesse modo de produzir a vida, sabemos que é estruturante. A profissão dos assistentes sociais demanda uma carga de conhecimentos históricos, sociais e dos sistemas econômicos e políticos, aqui teremos um novo olhar para essa sociedade, para a classe explorada.

Tendo se originado devido à demanda da classe dominante e com o objetivo de acalmar a classe trabalhadora, ao aproximar-se da teoria marxista, realidade material, a profissão identificou-se com a classe subordinada, que também está sujeita a exploração e alienação. No MDC, teremos exploração, superpopulação, acumulação de capital, e por conseguinte haverá pobreza, desemprego e exploração da força de trabalho, estrutural nesse modo de produção e reprodução da vida.

Dentro do Município de Ouro Preto, está o CRAS de Cachoeira do Campo, que tem a Proteção Social Básica, vinculado à política de assistência, com objetivo a prevenção de pessoas em situação de risco social.

Este CRAS está localizado dentro do Distrito Sede, ou seja, o maior de Ouro Preto, havendo uma importância econômica, por estar situado na parte central do Distrito, fato que viabiliza o acesso das regiões de vulnerabilidade. Em torno de 5.000 famílias, (aproximadamente 17 mil pessoas), transitam por este CRAS em Cachoeira do Campo, ele se situa entre territórios vulneráveis dos bairros Vila Alegre, Vila do Cruzeiro, Alto do Beleza e dos subdistritos.

Fazem parte do CRAS de Cachoeira do Campo, os distritos de Amarantina, Glaura, São Bartolomeu, Santo Antônio do Leite, Rodrigo Silva, Miguel Burnier, Mota, Serra do Siqueira e Engenheiro Correia.

O CRAS de Cachoeira do Campo tem porta aberta a acesso a direitos e benefícios, e dentro dessa gama de serviços está o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral

à Família. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do CRAS, (composta por assistentes sociais, pedagoga e psicóloga), por meio de atendimentos individualizados, acompanhamentos familiares e atendimentos coletivos.

A equipe faz buscas ativas nos distritos com reuniões previamente agendadas e com temas específicos, para que os usuários da localidade possam ser esclarecidos e assim acessarem direitos. O quadro de trabalhadores do CRAS é composto pela coordenação, duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga, um motorista, auxiliares administrativos e dois educadores sociais.

O Brasil nunca conseguiu uma política social com características universalizantes, pois os problemas no financiamento sempre o fizeram insuficiente. E para além disso, assistimos recentemente, no governo Temer um ataque as políticas que já não eram suficientes. Buscou introduzir o Estado mínimo. Mattei (2019) expressa que o maior exemplo disso, é a Emenda Constitucional 95 aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, pois congela, por 20 anos, os gastos primários do governo, que são saúde, educação, assistência social, cultura e esporte.

Estima-se que para os próximos 10 anos (2016-2025), somente nas áreas de saúde e educação, deverá ocorrer uma redução dos gastos per capita da ordem de 6%. O fato é ainda mais grave se considerarmos que o ritmo de crescimento populacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), deverá ser de 0,8% ao ano nesse período, o que significa que mais de 20 milhões de pessoas demandaram serviços sociais governamentais. Além disso, a mudança constitucional atingiu fortemente a política de valorização do salário-mínimo que estava em curso no país desde 2004. (Mattei, 2019, p.63)

Pode-se considerar que essas ações e práticas reduzem os Sistemas de Proteção Sociais, além de diminuir o poder de compra da classe trabalhadora, e com isso aumenta a desigualdade social e os problemas relacionados a isso, como falta de saúde, educação e proteção. Todas essas propostas e aprovação da Emenda Constitucional, retorna aos anos de 1990, trazendo à tona o liberalismo econômico, como menos estado e mais mercado, o que gerou grandes problemas para um país, acentuando a desigualdade social.

Um dos objetivos do CRAS é assegurar proteção e atendimento integral a família, PAIF, oferecendo um acompanhamento do grupo familiar para emancipação, fortalecimento e busca de direitos nessa sociedade capitalista. Para isso é fundamental conhecer o território e a rede socioassistencial e, a partir disso, realizar estudos para compreender de forma sócio-histórica a situação daquele lugar, e como será possível

realizar uma intervenção integrada e qualificada. Dentro do PAIF do CRAS de Cachoeira do Campo são realizados atendimentos individualizados, acompanhamentos familiares e encaminhamentos. As atividades coletivas ainda estão sendo iniciadas e o serviço de convivência está em processo de implementação, representando um primeiro passo nesse serviço de fortalecimento de vínculos.

Baseado no Cadastro de Famílias de Baixa Renda CADÚnico, ferramenta do governo para cadastrar famílias. Esse cadastramento é realizado no equipamento, onde os usuários respondem e comprovam suas condições para acessarem bolsa família, tarifa reduzida de luz e água, benefícios eventuais e outro, e ainda fazem a autodeclaração, em conformidade com a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, utilizando-se das seguintes variáveis: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Majoritariamente o público atendido no CRAS de Cachoeira do Campo, é composto por mulheres negras.

As instalações do CRAS são projetadas para prestar assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo mulheres, minorias étnicas, e indivíduos de baixa renda, porém, o que nos chama a atenção e nos motivou nesse trabalho é a forma naturalizada que a instituição oferece e se comporta perante elas, o racismo institucional.

Relatamos a situação de uma mulher negra que chegou ao CRAS de Cachoeira do Campo, com corte na boca e os olhos inchados e roxo, embora se confundisse com a tonalidade da pele, ao entrar na recepção, perguntou se alguém poderia lhe atender, a recepção informou que a assistente social estava se preparando para sair para uma visita, sendo assim, pediu para que a mulher retornasse outro dia. Embora estivesse com marcas visíveis de violência física no rosto ela não foi acolhida a princípio no equipamento.

Naturalmente a recepção endereçou olhares naturalizados a uma mulher, que não fazia uso de nenhum paliativo para esconder marcar roxas no seu rosto, mesmo sendo negra retinta, estava visível. O racismo estrutural, que manifesta na instituição, praticado pelos indivíduos, conforme nos mostra Almeida (2018) Estávamos saindo para uma visita, quando ela foi vista pela minha supervisora.

Uma mulher que chega sem a tentativa de esconder marcas de violência, quer ser vista e encaminhada. Ao ser vista, foi acolhida em um espaço próprio para o atendimento, encaminhada e orientada para outros equipamento e serviços. Mudar a dinâmica dessa sociedade arraigada numa herança histórica de colonização. Esse atendimento trouxe reflexões profundas, mostra a dura realidade social e a precariedade das instituições, de lugares marginalizados, portanto, de lugares privilegiados, enfim, por ser essa sociedade

conservadora, prevalece e mantém a ordem social, a supremacia de raça e o patriarcado. Fica a pergunta e se fosse uma mulher branca, como seria o acolhimento?

Refletimos que esse ato e outros estão presentes no cotidiano desse equipamento. Às vezes não são vistas e outras são acusadas, e não escapam da naturalização condicionada a elas negras, no espaço CRAS.

Diante disso a importância da instrumentalização do assistente social, nesse equipamento e em outros. Conhecer o processo histórico das produções e reproduções da vida. Sabedores dos entraves e elementos que podem auxiliar e orientar a atuação e intervenção mais assertiva. Com capacitação continuada, para que ele não seja absorvido pelo imediatismo e a alienação do trabalho cotidiano. O assistente social precisa se apropriar do projeto ético político da profissão e das lutas da categoria, a fim de garantir atualização e instrumentalização permanente, para não ser conservadora.

Esse fato ocorrido, foi discutido na reunião da equipe técnica do CRAS, refletimos sobre essa ação discriminatória, de naturalização de violência, de subalternidade e enxergamos nosso compromisso como futuros assistentes sociais, conhecimento adquirido na graduação de serviço social na UFOP, nos capacita para a discussão dessa temática. Ao conversarmos vimos que fatos como esse e outros, que impõem condições desfavoráveis fazem parte do cotidiano, “ainda”. É necessário que as instituições enxerguem o racismo institucional, suas implicações cotidianas, a demanda de percebê-lo e combatê-lo dentro de seus espaços, bem como reconhecê-lo como estrutural nessa sociedade capitalista.

3 DESCONSTRUINDO PARADIGMAS: RUMO À DESNATURALIZAÇÃO DA SUBALTERNIDADE E À REDEFINIÇÃO DE NARRATIVAS SOCIAIS

No presente capítulo, versamos sobre o caráter contraditório da presente sociedade de classes antagônicas, na produção e reprodução da vida e que impõe condições precárias e particulares às mulheres negras, expressões da “Questão Social”. Essa sociedade, concede a essas mulheres, uma naturalização da pobreza. Buscamos apontar uma agenda política com ações efetivas, e algumas executadas no nosso projeto de intervenção, que aborda os problemas gerados pelo racismo e pelas desigualdades de gênero, como necessária e urgente.

“O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados” (Almeida, 2018)

ALMEIDA (2018) nos traz uma discussão do racismo estrutural, com ações previamente estabelecidas pela estrutura social. Estamos falando de produção e reprodução da vida material. Onde duas classes estão postas, uma que detém os meios de produção e a outra a força de trabalho, capitalistas e trabalhadores. Para continuar o processo de acumulação do capital, a classe trabalhadora precisa permanecer em um lugar, sem privilégios da classe dominante, assim um grupo domina a organização política e social.

Ao falarmos sobre isso, estamos refletindo sobre a ideia de que algumas pessoas ocupam posições subalternas devido a características como raça, gênero, classe social ou orientação sexual. (Martins, 2017).

Em acordo com o (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1993) daremos uma importância fundamental de reconhecer que a igualdade e a dignidade de todas as pessoas não são simplesmente aspirações, mas direitos fundamentais que devem ser buscados e protegidos em nossa busca por uma sociedade mais justa e inclusiva, ao assistente social, cabe a tarefa de fazer chegar políticas públicas como direitos.

Gomes (2003) sugere que desafiar as estruturas de poder que colocam os homens, em posições de superioridade em relação às mulheres, para que elas possam vivenciar outras formas de produzir a vida. Nos grupos, nas rodas de conversas, elas vão ganhar vozes, vão desconstruir hierarquias de gênero que perpetuam a subordinação das mulheres. Para aprofundar nossa discussão, Martins (2017) refere-se a um processo intelectual e crítico que busca desafiar e dismantelar as estruturas de poder e hierarquias sociais, onde

o termo subalternidade tem suas raízes na teoria pós-colonial e se refere ao estado de marginalização social, política e cultural de grupos historicamente oprimidos e silenciados, baseada em características como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outros.

Diante disso, podemos pensar que o racismo, agrava a situação de gênero, é um projeto político que está na contramão do projeto ético político do serviço social, onde identificamos a classe trabalhadora, oprimida e silenciada ao longo da história. Compreender o quão ignorado é o racismo institucional, diferente de atos racistas praticados, traz à tona a premissa de que ambos devem ser combatidos. Porém, o racismo institucional opera dentro de forças estabelecidas e respeitadas dentro da sociedade, conforme aponta Almeida (2018).

Nascimento (2014) nos propõe, promover a conscientização crítica entre as pessoas, consiste em destacar como as normas sociais e as estruturas de poder criam condições, padrões, perpetuam, e assim conservam-se, como essas representações são construídas e se baseiam em noções de superioridade/inferioridade. Dar voz e visibilidade às experiências e perspectivas das pessoas, da classe trabalhadora, isto é, luta de classes, permissão para expressar e controlar suas próprias narrativas. Dessa forma, a mudança social se dará por meio da reforma de políticas afirmativas, por direitos iguais e da promoção da justiça social.

Continuamos com Nascimento (2014) onde o tema está intrinsecamente relacionado às mulheres, pois as estas, historicamente, foram frequentemente subalternizadas e oprimidas em muitas sociedades de todo o mundo. A subalternidade das mulheres é amplamente baseada em normas de gênero tradicionalmente estabelecidas, que perpetuaram a desigualdade de gênero, a discriminação e a marginalização das mulheres negras. Reportam as mulheres, como inferiores, emocionais, dependentes e restritas a certos papéis e responsabilidades.

A sujeição das mulheres, e de mulheres negras, frequentemente se manifesta em discriminação no local de trabalho, na falta de igualdade salarial, no acesso limitado à educação, dos subempregos, nas penitenciárias, nos noticiários, enfim em muitas outras áreas. Conforme pinceladas nas pesquisas do IBGE, IPEA, PNS, OMS e outros, anteriormente citados. A luta pela igualdade de gênero é uma forma essencial de desafiar a submissão das mulheres. Isso inclui esforços para garantir igualdade de oportunidades educacionais, igualdade de acesso a cargos de liderança, direitos reprodutivos e a eliminação de estereótipos de gênero prejudiciais. (SANTOS, 2011).

Aqui estão alguns detalhes mais específicos sobre esse assunto, a subalternidade das mulheres tem raízes profundas na história e na cultura de muitas sociedades. Desde tempos antigos, as mulheres foram relegadas a papéis secundários, frequentemente limitadas a funções domésticas e cuidado com a família, enquanto os homens assumiram posições de poder e autoridade. Resultado da construção social do gênero. Isso significa que as normas e expectativas de como homens e mulheres devem se comportar e quais papéis devem desempenhar na sociedade são moldadas e perpetuadas por convenções sociais.

Governos e organizações, ou seja, as instituições, equipamentos, enfim o CRAS tem papel importante na promoção da igualdade de gênero. Esses, coletivos, podem tencionar as políticas na implementação de leis e normas que proíbam a discriminação de gênero, promovam a igualdade salarial, e garantam o acesso das mulheres a oportunidades de liderança. Nessa proposta, enxergamos o CRAS como capacitado na discussão, e através do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), apto a trazer temáticas de esclarecimentos e informações às mulheres, para que elas possam participar ativamente e verdadeiramente na sociedade.

Nesse sentido, busca-se um caminho em direção a uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas, independentemente do gênero, tenham oportunidades iguais e sejam valorizadas pelo que são e pelo que podem contribuir para o mundo.

Gomes (2003) expõe como a luta contra a discriminação de gênero é um esforço contínuo que envolve a promoção da igualdade de gênero e a eliminação das práticas e normas discriminatórias que afetam mulheres e pessoas de outras identidades de gênero. A conscientização cria uma base para a mudança, permitindo que as pessoas reconheçam a discriminação de gênero e entendam seu impacto na sociedade. Isso pode ser alcançado por meio de campanhas de conscientização, programas educacionais, workshops e diálogos abertos sobre questões de gênero.

A implementação de leis, Constituição de 88, a lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que trata da igualdade de gênero, Lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo e e muitas outras, punem e proíbem a discriminação de gênero e raça. Porém é essencial que a sociedade repense valores conservadores e patriarcais. A legislação e políticas proporcionam um quadro legal para proteger os direitos das mulheres e garantir a igualdade de gênero, mas na produção da vida, ainda é pouco eficaz, diante disso, requer lutadores, como Zumbi, para ser guardião, zelador desse direito violado.

É competência, princípio fundamental da profissão, Código de ética (1993) do assistente social, no CRAS e em outros equipamentos e serviços, fornecer apoio às vítimas de discriminação de gênero, incluindo acesso a serviços de apoio, aconselhamento e recursos legais, do qual foi capacitado. Apoiar as vítimas é crucial para ajudá-las a se recuperarem e para responsabilizar os agressores.

Encorajar a participação ativa das mulheres na política e no ativismo ajuda a influenciar políticas e leis que afetam as questões de gênero. A voz das mulheres é essencial para moldar uma sociedade igualitária. Participação em campanhas políticas, protestos, candidatura a cargos públicos e ativismo em questões de igualdade de gênero.

A cultura desempenha um papel fundamental na formação de atitudes e comportamentos em relação ao gênero e raça. Educação sobre gênero, engajamento em conversas sobre questões de gênero e promoção de representações igualitárias de gênero na mídia. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017), que a cultura cumpra seu papel em estabelecer novos momentos para grupos colocados à margem.

A colaboração entre organizações, grupos e movimentos que compartilham o objetivo de igualdade de gênero é fundamental para ampliar o impacto. A força está na união, e parcerias podem gerar mudanças significativas. Estabelecimento de redes de colaboração, compartilhamento de recursos e alianças estratégicas.

A luta contra a discriminação de gênero é um esforço coletivo que requer dedicação, persistência e ação coordenada em múltiplas frentes. É importante envolver pessoas de todas as identidades de gênero nessa luta, pois a igualdade de gênero beneficia a sociedade como um todo. A luta contra a discriminação de gênero é, de fato, um esforço contínuo e multifacetado que busca promover a igualdade de gênero e eliminar práticas discriminatórias que afetam não apenas as mulheres, mas também pessoas de todas as identidades de gênero. É uma batalha que abrange várias dimensões da sociedade, desde as esferas individuais e interpessoais até as institucionais e estruturais.

Segundo Siqueira e Samparo (2017) a igualdade de gênero é o princípio central na luta contra a discriminação de gênero. Isso significa que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, devem ter igualdade de oportunidades, direitos e tratamento. Promover a igualdade de gênero envolve a criação de políticas e práticas que garantam que as mulheres e todas as pessoas de diferentes identidades de gênero sejam tratadas de forma justa e igual em todas as áreas da vida, incluindo educação, emprego, saúde, política e acesso à justiça. Isso implica em desafiar e eliminar normas sociais, culturais e tradicionais que perpetuam a discriminação de gênero incluindo

estereótipos de gênero prejudiciais que reforçam ideias errôneas sobre as capacidades e papéis de mulheres e homens. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017)

Também envolve a promoção de uma cultura que respeite e celebre a diversidade de identidades de gênero, incluindo aquelas que não se encaixam nas categorias tradicionais de homem e mulher. O empoderamento das mulheres é um elemento fundamental da luta contra a discriminação de gênero. Isso significa dar às mulheres o poder de tomar decisões sobre suas próprias vidas, seus corpos e seus futuros.

Isso pode ser alcançado por meio de medidas como educação acessível, oportunidades de liderança, igualdade salarial, acesso a serviços de saúde reprodutiva e apoio para combater a violência de gênero. A implementação de leis e políticas que protejam os direitos das mulheres e das pessoas de outras identidades de gênero é essencial. Isso inclui leis contra a discriminação de gênero, leis de igualdade salarial e leis que criminalizam a violência de gênero.

É importante que essas leis sejam aplicadas efetivamente para garantir a justiça e a igualdade. A educação sobre questões de gênero desempenha um papel crucial na luta contra a discriminação. Isso envolve a conscientização das pessoas sobre as desigualdades de gênero, as consequências da discriminação e a importância da igualdade.

A educação também inclui o ensino de habilidades de empatia, respeito e comunicação que promovem relacionamentos saudáveis e igualitários. O ativismo e a mobilização da sociedade civil desempenham um papel fundamental na luta contra a discriminação de gênero. Isso inclui protestos, campanhas de conscientização, grupos de apoio, marchas e outras formas de ação coletiva.

A pressão pública pode influenciar mudanças políticas e sociais significativas. A luta contra a discriminação de gênero muitas vezes envolve a formação de alianças entre diferentes grupos e movimentos que lutam por justiça social, como movimentos LGBTQ+, movimentos de direitos civis e outros.

A solidariedade entre grupos é essencial para enfrentar a interseção de várias formas de discriminação. A promoção da igualdade de gênero é um componente central da luta contra a discriminação de gênero e da busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Envolve a criação de condições em que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, tenham igualdade de oportunidades, direitos e tratamento em todas as áreas da vida.

A igualdade de gênero começa com a garantia de que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, tenham acesso igual a oportunidades educacionais, de

emprego, políticas, econômicas e sociais. Isso significa eliminar barreiras que historicamente têm limitado o acesso das mulheres a certos campos e posições de liderança. Esta também envolve a garantia de que homens e mulheres recebem salários iguais por trabalho igual ou de igual valor, eliminando a disparidade salarial de gênero, que ainda existe em muitos lugares. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017)

A promoção da igualdade de gênero exige o combate à violência de gênero em todas as suas formas, incluindo a violência doméstica, o assédio sexual, o tráfico humano e a violência baseada em gênero em conflitos armados. Isso inclui o fortalecimento das leis e políticas que protegem as vítimas e punem os agressores. (SANTOS, 2011)

A igualdade de gênero também envolve desafiar e dismantelar estereótipos de gênero prejudiciais que reforçam ideias limitadas sobre como homens e mulheres devem se comportar. Isso requer a promoção de representações mais diversas e realistas de gênero na mídia, literatura e cultura popular.

A promoção da igualdade de gênero é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente de seu gênero. É um esforço contínuo que requer a participação ativa de todos os setores da sociedade e a conscientização sobre a importância da igualdade de gênero para o bem-estar de todos.

A promoção da igualdade de gênero é um tema de grande importância que transcende barreiras culturais, geográficas e sociais. Trata-se de um compromisso com a construção de uma sociedade justa e inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, têm igualdade de oportunidades, direitos e tratamento. É uma luta contra séculos de desigualdade, discriminação e estereótipos de gênero prejudiciais que limitaram o potencial de indivíduos e comunidades em todo o mundo.

Nesta jornada pela promoção da igualdade de gênero, exploraremos os fundamentos, desafios e estratégias para criar um mundo onde a igualdade seja a norma, onde todos tenham voz e onde os direitos humanos de cada indivíduo sejam respeitados, independentemente de seu gênero. A igualdade de gênero é mais do que um objetivo; é um imperativo moral e uma base sólida para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos possam prosperar. Neste contexto, examinaremos os pilares fundamentais da promoção da igualdade de gênero e as ações necessárias para alcançar essa visão de um mundo mais igualitário e equitativo.

Cada um desses tópicos desempenha um papel importante na luta contínua pela igualdade de gênero, e a combinação de esforços em todas essas áreas pode levar a uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

A desnaturalização da subalternidade é uma jornada intelectual e social que nos leva a questionar as estruturas de poder arraigadas em nossa sociedade. Ao reconhecer que a subalternidade não é inerente, mas sim construída socialmente, estamos lançando as bases para uma transformação fundamental em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

Conforme exploramos este conceito, torna-se evidente que a subalternidade não é uma condição imutável, mas sim uma consequência das normas discriminatórias, preconceitos e hierarquias que perpetuamos. A desnaturalização da subalternidade nos lembra de nossa responsabilidade coletiva de desafiar essas estruturas e criar um mundo onde a igualdade e a dignidade de todas as pessoas sejam respeitadas.

Nossa busca por essa desnaturalização nos leva a amplificar vozes marginalizadas, desconstruir estereótipos prejudiciais, reformar políticas discriminatórias e, acima de tudo, reconhecer o valor intrínseco de cada indivíduo, independentemente de sua raça, gênero, classe social ou orientação sexual.

A relação entre a subalternidade das mulheres e a violência de gênero é complexa e multifacetada. A subalternidade das mulheres, que é a posição de inferioridade e falta de poder atribuída a elas historicamente em muitas sociedades, cria um ambiente propício para a violência de gênero.

As normas tradicionais de gênero frequentemente reforçam a ideia de que os homens são superiores às mulheres. Essas normas podem desencadear violência quando os homens se sentem ameaçados em sua "masculinidade" ou quando as mulheres desafiam papéis de gênero tradicionais. Educação e conscientização sobre igualdade de gênero para desconstruir estereótipos de gênero prejudiciais e promover a aceitação de uma gama mais ampla de identidades de gênero.

Essa condição de inferioridade das mulheres muitas vezes resulta em desequilíbrios de poder nas relações, tornando-as mais suscetíveis à violência por parte de parceiros íntimos. Frente a isso, faz-se necessário reforçar não só as leis de combate à violência doméstica, mas também o sistema de justiça, garantindo que as vítimas sejam ouvidas, apoiadas e que os agressores sejam responsabilizados. Vale ressaltar a importância de fornecer abrigos seguros para vítimas diante de situações de violência e oferecer apoio

psicológico, a fim de que elas possam ressignificar suas experiências e se sentirem encorajadas a continuarem.

Em muitos lugares, a impunidade é um problema quando se trata de violência de gênero, pois as vítimas são frequentemente desencorajadas de denunciar ou enfrentam obstáculos ao acesso à justiça. Partindo desse pressuposto, uma possibilidade de mudança viável está em reforçar o sistema de justiça, garantindo que as vítimas sejam ouvidas, apoiadas e que os agressores sejam responsabilizados.

A falta de acesso à educação ou a educação baseada em estereótipos de gênero contribui para a subalternidade das mulheres e, por sua vez, para a violência de gênero. Por isso, promover a educação igualitária de gênero desde a infância contribui para o próprio reconhecimento de meninas e mulheres como indivíduos portadores de direitos dentro da sociedade e assim, pequenas transformações nesse cenário surgirão modificando a questão da desigualdade.

Outro agravante desta situação de inferioridade está presente na falta de autonomia econômica, tendo em vista que esta pode manter as mulheres em relacionamentos abusivos por não terem como sobreviver economicamente fora deles. Essa situação acaba por torná-las mais vulneráveis à violência. Por essa razão é que surge a necessidade de viabilizar oportunidades econômicas para as mulheres, como treinamentos profissionais, acesso a crédito e igualdade salarial.

Sendo assim, promover a conscientização pública sobre a violência de gênero, juntamente com a defesa de políticas e leis que protegem as vítimas, é tão fundamental quanto apoiar organizações e movimentos que trabalham na conscientização e no combate à violência de gênero, e promover campanhas de sensibilização.

Identificar e intervir em situações de violência de gênero o mais cedo possível pode prevenir tragédias maiores. Por isso, urge a necessidade de estabelecer linhas diretas de apoio e serviços de aconselhamento para vítimas em risco e ampliar o acesso aos serviços já existentes nessa área.

Educar sobre o consentimento, por exemplo “não, é não”, é fundamental para prevenir a violência sexual e doméstica. A ideia de incluir a educação sobre consentimento nas rodas de conversas, e levar campanhas juntos com CREAS, Conselhos e outros às escolas e a comunidade.

Em última análise, a desnaturalização de subalternidade é uma chamada à ação para uma sociedade mais inclusiva, que enxerga a produção e reprodução da vida, os elementos e a engrenagem desse MDC. A quem interessa a injustiça social? Porque mulheres e

mulheres negras permanecem na inferioridade? Enfim, para combatermos a discriminação, é essencial que a sociedade reconheça a existência desses elementos, patriarcado, conservadorismo e racismo.

3.1 Trilhando Rumos Transformadores: A Construção de uma Agenda de Mudanças

Destacamos a importância de uma abordagem abrangente e colaborativa para abordar as questões relacionadas ao racismo e outras formas de opressão, reconhecendo que a responsabilidade não recai apenas sobre o Estado, mas também sobre a sociedade como um todo, com especial ênfase na participação ativa dos movimentos sociais, como diz nossa orientadora Sheila Dias Almeida (2023) sobre isso que estamos falando, luta de classe.

“Entendemos que para o enfrentamento ao racismo, e às variadas formas de opressões, como as de classe, gênero, geracionais, etnia, sexualidade, raça e outras, é preciso haver um compromisso político concreto, articulado entre Estado, sociedade civil, e, sobretudo, com ampla participação dos movimentos sociais.” (ALMEIDA, 2015, n.p)

A autora reconhece a interseccionalidade da Questão Social, reconhecendo que as pessoas podem ser afetadas por múltiplos sistemas de opressão simultaneamente. Diante das reflexões expostas, dialogando com esses autores, desde as organizações como, quilombos, movimentos e outros, até a legislação que garante “direitos”, entendemos também que é possível reflexões sobre racismo no equipamento CRAS, por ter nessa instituição um profissional, assistente social, capacitado para entender os mecanismos e os elementos que fazem parte desse MDC.

Na execução dos nossos projetos de intervenções, atividade desenvolvida no estágio, inicia-se com análise institucional do equipamento até a elaboração de um projeto, a ser aplicado. Detectamos dificuldades no acesso a direitos no CRAS. Diante disso, elaboramos nossos projetos com a temática direitos que são acessados no CRAS, fizemos rodas de conversas com temas que possibilitaram ter consciência dos problemas que afetam o cotidiano dos participantes.

A partir dessas rodas feitas no CRAS e nos bairros periféricos, estamos na construção de um novo olhar, para nosso território, na maioria desses debates, são elas, as

mulheres negras, então, que propõem um novo olhar para si mesmas. Mais que isso que sejam vistas nessa sociedade.

A cultura é constituída pelo poder do homem branco, para começo de conversa, citaremos a falta de representatividade da população negra, tendo o branco sempre como o centro dos assuntos. Segundo Hooks (2015): "Nós vimos que eles com frequência eram, mas cada um tem a opção de assumir ou não a sua luta antirracista e admitir a sua responsabilidade sobre essa questão. O ato de tratar a igualdade racial como algo que já faz parte do nosso cotidiano, afirmando que, “somos todos humanos, todos iguais”, apenas reforça o racismo e desresponsabiliza as pessoas brancas por isso.”. (p.76)

A autora traz uma importante contribuição para a discussão sobre a invisibilidade das mulheres negras na sociedade e na produção de conhecimento; além de trazer à tona a necessidade de se pensar em uma luta conjunta contra o sexismo e o racismo. A partir das informações presentes no texto, é possível compreender a importância da discussão sobre raça, gênero e classe, bem como as relações raciais e de gênero influenciam a pesquisa científica e a produção de conhecimento.

É importante reconhecer que o sexismo não afeta todas as mulheres ou homens da mesma maneira, e sua manifestação pode variar cultural e regionalmente. No entanto, a conscientização sobre o sexismo e o esforço para combatê-lo são cruciais para promover a igualdade e garantir que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, possam viver livres de discriminação e preconceito.

Segundo Damasco (2009) a falta de representação de mulheres negras em posições de liderança e tomada de decisão em movimentos feministas pode resultar em uma desconexão entre as demandas e preocupações das mulheres negras e a agenda desses movimentos. Em alguns casos, movimentos feministas têm sido dominados por mulheres brancas que detêm mais poder político e econômico, o que pode levar à marginalização das vozes das mulheres negras.

Trazer a abordagem interseccional para a política, para enfrentar as múltiplas formas de discriminação e opressão que as mulheres negras enfrentam, reconhecendo que essas questões estão entrelaçadas e não podem ser abordadas isoladamente, implica em instituir políticas e ações que considerem a raça, o gênero e outras dimensões da identidade, bem como os sistemas de opressão que as mulheres negras enfrentam.

Além disso, uma agenda política integrada e radicalmente democrática deve envolver a participação ativa das mulheres negras e de suas organizações na formulação, colocando no CRAS um movimento/grupo constante destinado à discussão das demandas

dessas mulheres. Isso garante que suas vozes sejam ouvidas e encaminhadas as políticas públicas, para maior efetividade.

Debater e confrontar o racismo de maneira aberta e franca, promovendo a educação sobre ações racistas do nosso cotidiano, dando visibilidade, credibilidade e punição aos envolvidos, impulsiona a conscientização racial, que é fundamental para combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para a população negra.

É importante reconhecer esses desafios e trabalhar ativamente para combater os estereótipos e preconceitos, bem como criar condições equitativas para que todas as vozes, incluindo as das mulheres negras, sejam ouvidas e valorizadas nos movimentos sociais. Reconhecer o impacto da discriminação interseccional é fundamental para promover a igualdade e a justiça social.

Reconhecemos o papel importante que as mulheres negras desempenham na criação de movimentos feministas mais inclusivos e interseccionais. A exclusão percebida de mulheres negras e outras minorias étnicas em movimentos feministas tradicionais pode ser uma realidade, mas é notável o esforço que está sendo feito para dar voz e visibilidade a essas mulheres. Uma vez que ele considera as múltiplas identidades e experiências das mulheres, feminismo interseccional, representa um avanço significativo na luta pela igualdade de gênero.

Incentivar e criar movimentos e organizações feministas liderados por mulheres negras é crucial para abordar as questões que afetam suas comunidades de maneira mais direta e inclusiva. Elas frequentemente destacarão as interconexões entre raça, gênero, classe, sexualidade e outras dimensões de identidade, reconhecendo que a luta pela igualdade de gênero não pode ser separada de outras formas de discriminação e desigualdade.

Introduzir a educação antirracista no CRAS para que os profissionais e usuários tenham maior acesso à conhecimentos nessa área, a fim de resguardar e garantir direitos a população negra, é uma medida que contribui para dar visibilidade ao racismo institucional presente no CRAS, presente também nessa sociedade capitalista e excludente. Não naturalizar tratamentos racistas, discriminatórios, vexatórios, que inviabilizam as mulheres negras.

Além de tudo isso, ter um olhar atento a essas mulheres, escutá-las com qualificação e reflexão, entendendo aspectos históricos, conservadores que acompanham a trajetória de vida delas, colabora para que possamos intervir e produzir resultados

concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida da população, viabilizando seu acesso a direitos.

Desse modo, se faz necessário a formação de profissionais mais comprometidos e capacitados, o CFESS (2009) confirma que:

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer fortalecer uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos (CFESS, 2009, p. 2).

O CFESS, destaca a importância do profissional de serviço social, em capacitar-se, em promover mudanças sociais positivas e garantir que seu trabalho seja conduzido de maneira ética e em conformidade com as leis e diretrizes profissionais. Eles desempenham um papel crucial na busca de soluções para os desafios sociais e na promoção dos direitos humanos, neste MDC.

Ao assistente social, está posta a tarefa de confrontar a cultura, acendendo outras culturas apagadas e invisíveis. Numa promoção da igualdade de gênero e quem sabe por fim as normas patriarcais. Opondo a sistemas autoritários e hierárquicos, buscando uma sociedade onde as decisões sejam tomadas de forma descentralizada e democrática. Reflexo do desejo por uma ordem social onde as relações de poder são justas e equitativas, minimizando a exploração econômica e as hierarquias opressivas, ou que de fato enxergue as mazelas dessa sociedade capitalista.

Enxergar o capitalismo tal qual ele é, com grandes disparidades de renda e riqueza, onde alguns poucos indivíduos acumulam uma quantidade significativa de recursos, enquanto outros lutam para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa desigualdade pode levar à segregação socioeconômica, essa que assistimos por exemplo no CRAS. Isso significa exploração dos trabalhadores, especialmente, dos mais excluídos. Perpetuam a discriminação, o racismo, o sexismo e outros, para conservar as classes sociais, onde certos grupos étnicos, raciais e de gênero são sistematicamente prejudicados no acesso a oportunidades econômicas e sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletimos sobre o racismo, como ele se desenvolve, aperfeiçoa e conserva. Fomos inseridos no mesmo campo de estágio, porta de entrada para acesso a direitos sociais, onde a população atendida tem raça e gênero, quase que na totalidade dos atendimentos, são elas, as mulheres negras, dados coletados no Cadastro Único para Programas Sociais, no CRAS de Cachoeira do Campo, instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar, de forma pessoal e familiar, todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social.

Refletindo com Sheila (2023) afirmamos que no imaginário social, a mulher negra ainda é vista como aquela que deve ocupar a subserviência e a organização da pobreza. Há uma lógica em manter essa perspectiva do lugar da mulher negra como trabalhadora braçal, zeladora das casas grandes e cuidadoras, na estrutura da dominação e da subalternidade.

Nos foi possível compreender que o racismo, hoje, configura-se sob os aspectos de subalternidade, de pobreza, de aglomeração, de violência e de abandonos. A situação de vulnerabilidade total é condicionada às mulheres negras, naturalizando lugares sociais a elas que chegam à assistência social. Como se elas pertencessem a esses espaços como o CRAS, e o equipamento ocupados por pessoas, inseridas nessa sociedade capitalista que dita modos de vida, se comportam de forma perversa, oferecendo um atendimento medíocre, sem zelo e sensibilidade ao problema. Muitas vezes culpabilizando as usuárias.

A verdade é que o País não superou a escravidão, que se alimenta sem sistema formal, nutrindo o racismo na estrutura social, mantenedor do modo de produção e como prática entranhada nas relações políticas, econômicas, jurídicas, culturais e familiares, definindo os lugares sociais como regra e não como exceção. (ALMEIDA, 2017 apud MADEIRA, MEDEIROS, 2018, p. 217)

O racismo está enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas desse país. As mulheres negras frequentemente enfrentam uma combinação a mais, discriminação de gênero, herança do patriarcado. Essa interseção de identidades pode resultar em desigualdades acentuadas, incluindo acesso limitado a recursos e serviços, e uma naturalização da subalternidade.

Por essa razão muitas mulheres permanecem em situação de violência e violações de direitos, o CRAS e as orientações dos assistentes sociais e demais técnicos, devem ser de acolhimentos e esclarecimentos, o que nos remete as orientações técnicas de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), documento produzido em 2009.

“(...) responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (CRAS, 2009, p.09)

O CRAS é porta de acesso a direitos e lugar seguro de encaminhamentos, mas, para além, é urgente enxergar as demandas oriundas de vulnerabilidade e risco social, que envolve essa mulher negra. Demandas essas que perpassam as experiências das mulheres negras com maior intensidade, mas que também são coletivas, tratá-las com a seriedade que merecem é fundamental para que possamos resguardar direitos, sobretudo.

Mulher essa fragilizada que está buscando algo, e que em muitas situações, sente-se só, desacreditadas, marginalizadas, pelo fato de ter seu lugar de invisibilidade social tão enraizado. A invisibilidade social das mulheres e a sensação de isolamento, resultado de normas culturais e sociais que minimizam as vozes e os direitos delas, inclui estereótipos de gênero, discriminação e sexismo que as fazem sentir que suas preocupações não são valorizadas.

É imprescindível que o serviço CRAS por ser porta aberta, esteja qualificado, dentro da lógica da Política Nacional de Assistência Social instaurada em 2004, onde usuários em situações diversas tenham o serviço de proteção social. É importante papel do PAIF no processo de fortalecimento de vínculos, ensinando essas mulheres que elas não estão sozinhas em suas lutas e que seus problemas são compartilhados por muitas outras.

Nessa forma de organização social na qual estamos inseridos, MDC, emprego precário e desemprego, permeiam o contexto social dessas mulheres, estruturantes nessa forma de organização da vida em que estamos inseridos, os morros e as vilas, tem cor, majoritariamente são constituídos por negros. E diante disso, são elas, as mulheres negras que acessam os serviços públicos.

Entendemos a importância das políticas públicas no acesso a direitos, mas condicionar lugares às mulheres negras, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) é preocupante, reforça estereótipos prejudiciais que restringem o acolhimento a outros lugares sociais, imprime às suas condições de vida, naturalmente menos livres.

Ressaltamos os movimentos dos quilombos e das feministas para a conquista de avanços sociais nesse país, sendo o principal de liberdade, e em acordo com o Código de Ética do Serviço Social, que é o reconhecimento da liberdade como valor central, que

estabelece as diretrizes éticas que os assistentes sociais devem seguir em sua atuação, enfatiza a importância da liberdade.

Sociedades historicamente estruturadas de maneira patriarcal, onde o poder e a autoridade eram concentrados nas mãos dos homens, isso frequentemente resultou na marginalização das mulheres e em sua falta de participação nas decisões políticas e econômicas. Em várias partes do mundo, leis discriminatórias foram implementadas para negar às mulheres direitos básicos, como o direito de voto, o direito à educação e o direito à propriedade.

A violência de gênero, incluindo o assédio sexual e a violência doméstica, tem sido uma ferramenta de controle e subjugação das mulheres. Isso cria um ambiente de medo e limita a capacidade das mulheres de exercerem plenamente seus direitos.

É importante notar que, embora haja progresso significativo em direção à igualdade de gênero em muitas partes do mundo, esses desafios persistem e variam em intensidade de acordo com a cultura, a região e o contexto específico. A luta pelos direitos das mulheres continua a ser uma questão importante em muitas sociedades, com esforços contínuos para eliminar a discriminação de gênero e promover a igualdade em todos os aspectos da vida.

A liberdade é um valor que está intrinsecamente ligado à dignidade humana e aos direitos humanos. No contexto do Serviço Social, reconhecer a liberdade como central significa respeitar e promover a autonomia das pessoas atendidas, garantindo que elas tenham o direito de tomar decisões sobre suas vidas e que sejam tratadas com dignidade e respeito. Isso implica em não coagir ou pressionar, de forma velada ou explícita, as pessoas a tomarem decisões que não estejam de acordo com seus desejos e necessidades e ainda respeitar a diversidade de valores, crenças e culturas das pessoas atendidas, garantindo que suas escolhas sejam respeitadas, desde que não infrinjam os direitos de outras pessoas.

O reconhecimento da existência do racismo é um passo fundamental para combatê-lo. Quando a sociedade reconhece que o racismo está presente em suas instituições, estruturas sociais e relações interpessoais, pode começar a tomar medidas para enfrentá-lo. Educação sobre o racismo e suas consequências, para aumentar a conscientização, promovendo a sensibilização, através de debates, inserir relatos pessoais de experiências das pessoas discriminadas aumenta as chances de sucesso nesse enfrentamento.

As expectativas sociais em relação ao que é considerado "apropriado" para homens e mulheres muitas vezes limitam suas escolhas e oportunidades, reforçando assim a desigualdade de gênero. Aspectos mais graves de sexismo é a violência de gênero, que

pode incluir assédio sexual, violência doméstica, estupro e outras formas de agressão. O sexismo pode ter sérios impactos na saúde mental das pessoas.

A discriminação e o tratamento injusto com base no gênero podem levar a estresse, ansiedade, depressão e baixa autoestima, afetando negativamente o bem-estar das vítimas. O combate ao sexismo tem sido uma parte central do movimento feminista, que trabalha para desafiar e mudar as normas e estruturas sociais que se perpetuam. Os movimentos feministas têm lutado por igualdade de gênero, direitos reprodutivos, igualdade salarial, representação política e muito mais.

Diante de todo contexto aqui apresentado, do histórico significativo de escravidão e do cenário crítico de lugar de inferioridade condicionado a mulher negra, observado por nós é inegável a interseção entre racismo, capitalismo e patriarcado, nesse sentido Sheila (2023) nos aponta que

“Em um país marcado por mais de três séculos de escravidão, que abriga a segunda maior população negra do mundo, onde a cada 15 (quinze) segundos uma mulher é agredida fisicamente e onde as mulheres negras ocupam as piores posições em todos os indicadores sociais, é imprescindível compreender que a simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo, projeta um caleidoscópio de multifacetadas expressões de uma mesma “Questão Social”. (Sheila, 2023, p.192)

Assim sendo, a partir da compreensão dessas interseções e suas influências diretas na sociedade se faz urgente e necessário o debate racial, promovido por meio de instituições como o CRAS entre outros espaços sociais; brancos, pretos, pardos e indígenas devem aproximar dessa temática, são os “Zumbis” chegando... evidenciando os privilégios entre gênero, classes e raças; o racismo, a exclusão, a segregação, a violência e tantas outras mazelas dessa sociedade, para que juntos possamos buscar uma pauta com valores éticos humanitários. Somente o entrelaçar das lutas coletivas, abrirão espaço para se promover a justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e cultura*, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
Acesso em: 20 de setembro, 2023.

ALMEIDA, Sheila Dias. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 311–333, 2015. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n29p311-333.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 13 ago. 2023

ALMEIDA, Sheila. Unidade do Diverso ou Inclusão sem Pertencimento? Análise da Educação Superior e das Políticas de Ações Afirmativas nas Pós-Graduações em Serviço Social no Brasil. Rio de Janeiro, 2023. 231f.

ALMEIDA, SHEILA. Unidade do Diverso ou Inclusão sem Pertencimento? Análise da Educação Superior e das Políticas Ações Afirmativas na Pós Graduação em Serviço Social no Brasil/ SHEILA ALMEIDA. Rio de Janeiro, 2023.241f

Arantes, A., Gondra, J. J., & Barros, S. A. P. História da Educação e Populações Negras. (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e221>.

Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

BAIROS, Luiza. Mulher negra: reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy A. (org). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 177-193. Disponível em: <www.mulheresnegras.org/Fem_neg_br.html>. Acesso em 28 nov. 2023.

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BERNADINO, J.; GALDINO, D. (Org.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BOHRER, A. F. *Ouro Preto: Um novo olhar*. 1º. ed. Scortecci: 2011. p. 192

BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BORGES, Altamiro. A ditadura da mídia. São Paulo: Anita Garibaldi/ Associação vermelho, 2009.

BRASIL. Ministério da educação. Movimento de mulheres. 2010. Disponível em: <<http://www.leishvaccines2012.ufop.br/moodle/course>> Acesso em 05 de jun. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Movimento de mulheres. 2010. Disponível em: <<http://www.leishvaccines2012.ufop.br/moodle/course>> Acesso em 05 de jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CFESS. Parâmetros para atuação do assistente social na política de assistência social. [s.l.]: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica. Acesso em: 15 julho 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 12 de outubro, 2023

COSTA, Suelly Gomes. Movimentos feministas, feminismos. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 23-36, 2004.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estudos feministas, 10(172), 171-188.

DAMASCO, Mariana Santos et al. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). 2009. Tese de Doutorado.

Desemprego é maior entre mulheres, negros e jovens, mostra pesquisa do IBGE. CUT Brasil, 2023. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/desemprego-e-maior-entre-mulheres-negros-e-jovens-mostra-pesquisa-do-ibge-84cc>> Acesso em: 08 junho, 2023.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. Revista internacional de direito e cidadania, n. 9, p. 81-91, 2011.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 120 p.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed, 1. reimpr. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 10 de setembro, 2023

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Revista Estudos Feministas, v. 24, p. 691-713, 2016.

FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. São Paulo: Global Editora, 2009.

FERREIRA, E. S.; LEMOS, M. R. A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Org.). Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2011. p. 35-51.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 1080-1099, 2018.

FREITAS, R. A. Trabalho e gênero, uma interface marcada pelas contradições. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Org.). Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, p. 75-85, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. Cadernos Pagu, p. 237-266, 2002.

HASENBALG, Carlos. Estrutura de Classes, Estratificação Social e Raça. In: Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

https://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 12 de outubro, 2023

<https://metoomvmt.org/item/7>>. Acesso em 04 de janeiro de 2024

https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 10 de outubro, 2023

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil 11.ed. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga estudo especial da PME sobre cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 12 agosto. 2023.

JOR, Jorge Ben. Zumbi. Seguidos da expressão In: JOR, Jorge Ben. A Tábua de Esmeralda. Intérprete: Jorge Ben Jor. [S. l.]: Philips Records, 1974. LP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ge5BZjVVKpQ>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

MARTINS Edna. Raça e Etnia na pesquisa em Educação. 1. Ed. São Paulo, SP : Universidade Federal de São Paulo, 2022. Disponível <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/63950/Livro%2001%20%20Ra%C7%A7a%20e%20Etnia%20na%20Pesquisa%20em%20ED.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 08 agosto, 2023.

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: O Capital – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

MATTEI, Lauro. Sistema de Proteção Social Brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. In: 5º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 12º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL TEMA: “RESTAURAÇÃO CONSERVADORA E NOVAS RESISTÊNCIAS", 2017, Vitória (ES), 2017. Tema: Pobreza e desigualdade no capitalismo contemporâneo, p. 2-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16608>. Acesso em: 10 de outubro, 2023

ME TOO. VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA. Disponível em: <https://metoomvmt.org/item/7>>. Acesso em 04 de janeiro de 2024

MOREIRA, Amanda M. Alves. O sexismo se diz de muitas maneiras. Coluna Anpof, [s. l.], 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/o-sexismo-se-diz-de-muitas-maneiras>. Acesso em: 10 de outubro, 2023.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. Invadindo o mundo público. Movimentos de mulheres (1945-1964). 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Renata Melo Barbosa do. Rio, 40 graus: representações das mulheres negras no filme de Nelson Pereira dos Santos (1955). 2014.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx- Editora expressão popular- I' edição: abril de 2011.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005. _____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Ellen Hilda Souza de Alcântara. Mulheres negras vítimas de violência obstétrica: estudo em um hospital público de Feira de Santana- Bahia. Orientadora: Ednilsa Ramos de Souza. 2018.120f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz–Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/30942/ellen_oliveira_iff_mest_2018.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 06 de agos. 2023.

Para uma história do negro no Brasil. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 64. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 10 de outubro, 2023

PINTO, Elisabete Aparecida. O Serviço Social e a questão étnico-racial. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica> . Acesso em: 10 agosto, 2023.

Reunião Anual da SBPC (73.: 2021: Juiz de Fora). Anais [recurso eletrônico]: resumos da 73ª Reunião Anual da SBPC, 18 a 24 de julho de 2021 (evento virtual), UFJF, Juiz de Fora / Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. – São Paulo: SBPC, 2021. Disponível em: <http://livro.sbpnet.org.br/73ra/>. Acesso em: 20 de outubro de 2023

RODRIGUES, Jaime. “O tráfico de escravos para o Brasil”, São Paulo. Atica.1997.

RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil. Disponível em: <<http://meupresenteimperfeito.blogspot.com>> Acesso em 16 set.. 2023.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. Revista internacional de direito e cidadania, n. 9, p. 81-91, 2011.

SANTOS, N. J. V. Servidão e subalternidade: a construção da identidade da trabalhadora doméstica. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Org.). Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2011. p. 91-114.

SILVA, Maria Ozanira Silva. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5 ed. São Paulo:Cortez, 2009.

SILVIO, Luiz de Almeida; Racismo estrutural São Paulo: Sueli. Carneiro; Pólen, 2019.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. Revista Direito em Debate, v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: um estudo das fabricas têxteis na região fluminense (1840-1880). Travesía, Vol. 17, Nº 1, 2015, ISSN0329-9449 - pp. 55-77.

THEODORO, Mario. A sociedade Desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil. Companhia da Letras. 2022. Disponível: <https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2022/08/THEODORO-Mario-A-sociedade-desigual.pdf>. Acesso: 08 agosto, 2023.

VACCHI, S.; VACCHI, E. Trajetória das mulheres na história. Disponível em:<<http://sandracvacchi.multiply.com/reviews/item/7>> Acesso em 19 nov. 2022.

YUKA, Marcelo; CAPELLETTI Ulisses; Seu Jorge. A Carne. In :Farofa Carioca. Moro no Brasil: Polygram, 1998. CD. Disponível em: Acesso em: 15 de setembro, 2023